



N.º 2

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA EFETUADA NO DIA VINTE E SEIS DE JUNHO DE 2020

Aos vinte seis dias do mês de junho de dois mil e vinte, reuniu, pelas vinte horas e quinze minutos, no Auditório da Universidade de Évora, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

I – De acordo com a Lei n.º 76/2013, de 12 de setembro, a CME apresenta para deliberação da AME os seguintes pontos:

1. **Documentos de Prestação de Contas 2019.**
2. **Aprovação do Mapa dos Fluxos de Caixa e Proposta de Alteração Orçamental Modificativa aos Documentos Previsionais/Integração do Saldo de Gerência.**
3. **Criação do Fundo de Emergência Municipal COVID-19.**
4. **Contrato de Cedência de Infraestruturas Municipais a Celebrar com as "Águas de Vale do Tejo".**
5. **Regularização das dívidas a Empresa "Águas de Vale do Tejo", Relativas a Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento, Referentes ao Período Compreendido entre 1 de Abril e 30 de Junho de 2020.**
6. **Prestação de Serviços de Auditoria Externa - Nomeação do Auditor Externo pela Assembleia Municipal, nos Termos do art."77" do RFALEI.**
7. **Alteração da Área de Declaração de Utilidade Pública da Expropriação para Construção da Variante Norte a EN/Ramo Norte/Lenine Fialho.**
8. **Aprovação do Regulamento Municipal de Atribuição de Lotes.**
9. **Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão da CME/Ano 2019;**
10. **Habévora Gestão Habitacional Unipessoal E.M./Relatório e Contas 2019;**
11. **Relatório Trimestral de Gestão e de Execução Orçamental/3º Trimestre de 2019 da Habévora Gestão Habitacional Unipessoal E.M.**
12. **Plano de Atividades e Orçamento para 2020 e Plano Plurianual 2020-2023 da Habévora Gestão habitacional Unipessoal E.M.**
13. **Alteração ao Plano de Atividades e Orçamento para 2020 e Plano Plurianual 2020-2023 da Habévora Gestão Habitacional Unipessoal E.M.**



14. Informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade do Município, bem como da Situação Financeira do mesmo.

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente – Carlos Alberto Gião Reforço

1ª Secretária – Ana Luísa Bragança Boto

2º Secretário – Bruno Manuel dos Santos Martins

Feita a chamada, verificaram-se mais as seguintes presenças: Carla Semedo, Ananias Quintano, José Figueira, Paulo Jaleco, Ana Beatriz Cardoso, Maria Clara Grácio, Silvino Costa, António Jara, Nuno Alas, Maria Elmina Lopes, Frederico Carvalho, Carlos Cruz, Jorge Silva, Adelino Fonseca, Ângela Caeiro, Maria da Nazaré Lança, Jorge Lourido, João Simas, Joaquim Condeça, João Canha, Maria Antónia Boieiro, Gertrudes Pastor, Isidro Lobo, José Russo, Jerónimo José, José Piteira, Joaquim Pimpão, Manuel Recto, Florinda Russo, Luís Ramalho, Lúcio Guerreiro e Nuno Cabrita.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Carlos Pinto de Sá, e pelos(as) Vereadores(as) Sara Dimas Fernandes, Alexandre Varela, Elsa Teigão, João Ricardo e António Costa da Silva.

PRIMEIRA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO

Aberta a sessão o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** começou por saudar os presentes e congratular a cedência dos espaço, à Reitoria da Universidade de Évora, que em contexto de pandemia tratava-se de um espaço que permitia cumprir com as regras de distanciamento indicadas pela DGS. Posto isto indicou que haviam-se inscritos, atempadamente via e-mail, alguns munícipes para usar da palavra. No entanto, não deixou de lembrar os intervenientes só poderiam abordar assuntos, fora do contexto da ordem do dia.

De seguida o Sr. Presidente concedeu a palavra ao munícipe **Sr. Fernando Moital** que, em representação da Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta, apresentou a petição que fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

O Sr. **Carlos Rodrigues** concordou com a moção, afirmando que a mobilidade urbana traz mais saúde, melhor ambiente, mais socialização, mais inclusão, incentivos à autarquia das crianças e jovens, poupança junto das famílias e ajuda ao comércio local.

A mobilidade pós Covid.19 constitui uma oportunidade para a mudança de paradigma da mobilidade em muitas cidades do país. A Organização Mundial de Saúde, preconizou que a forma mais eficaz de cumprir o necessário distanciamento social é proporcionar mais espaços para as pessoas que andam a pé e se deslocam de bicicleta. Atribuir mais espaço público às esplanadas e comércio local é também mais compatível com uma cidade urbana.

A Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta apelou ao Município de Évora, referindo que voltar à normalidade anterior, também não era opção.

Era a oportunidade de definitivamente alargar as políticas ao novo paradigma e tornar as cidades mais humanas, mais seguras e mais saudáveis.



Os subscritores desta moção, solicitam um debate alargado e público sobre o novo paradigma da mobilidade pós Covid 2019 e a assunção de medidas a curto prazo de urbanismo tático, medidas rápidas e fáceis para apoiar e encorajar o uso de novos meios de deslocação, como o fecho de ruas ao tráfego automóvel, garantindo maior segurança em distanciamento físico a quem se desloca, a pé ou de bicicleta. Supressão de vias de trânsito em particular no eixo viário em terreno urbano, com mais que uma via de trânsito em cada sentido.

Supressão de estacionamento, utilizando essas faixas para utilização dos novos ativos, garantindo segurança e distanciamento físico.

Alargamento e desobstrução de passeios de forma a atrair as pessoas.

Criação de ciclovias “open” fáceis e rápidas de instalar, sem prejudicar o espaço pedonal, com prioridade nos principais eixos de deslocações. Campanhas de comunicação apelando aos cidadãos para que, sempre que possível, caminhem ou utilizem as bicicletas nas suas deslocações.

Instruções junto das Forças de Segurança, para uma fiscalização mais efetiva junto dos condutores de veículos motorizados, nomeadamente no excesso de velocidade, nos estacionamento nos acessos pedonais, passeios e passadeiras, e nos incumprimentos das regras de ultrapassagens.” Texto subscrito por mais de 468 munícipes.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **Miguel Cintra** que referiu, se, se imaginasse que o Vereador da Mobilidade em 2021, na sequência do anúncio do Plano do Estudo Mobilidade do Concelho de Évora tinha sido adjudicado a uma empresa de referência, daqui a um ano, o destaque iria para o Plano de Mobilidade.

Sabe que havia um estudo e um projeto que estava em carteira para fazer durante o ano, orçamentado em cem mil euros sendo a execução zero.

Em 2017, já tinha havido uma referência a este estudo e projeto, que também ficou a zeros.

Em 2019, para cinquenta mil euros o mesmo estudo em plano e novamente a zeros.

Em 2020, volta a aparecer o mesmo estudo não conseguindo encontrar em orçamento o valor atribuído ao estudo.

Além de tudo isto, também não compreendem como é possível, neste momento estar a fazer-se um estudo quando há 10 anos foi assinado um contrato de concessão de transporte público urbano sendo que o mesmo vai ser renegociado sem que exista o Plano de Estudo de Mobilidade.

Não é do censo comum, não sabe como os deputados municipais se podem sentir confortáveis quando dizem em consciência que não pode ser de outra maneira.

Lembrou a existência de um plano de mobilidade elaborado pelo Município e a CIMAC para a via que atravessa a Horta das Figueiras, que previa uma via dupla pedonal que atravessasse o Bairro. Esse plano não só não se concretizou, como as obras realizadas nos anos posteriores, não tiveram em conta nada que constou desse plano. Assim, neste momento Évora se quiser voltar a pensar em resolver o problema, terá que elaborar um novo plano.

Para encerrar todo este ciclo é necessário envolver as pessoas, envolver as pessoas não é fazer simulacros, é sim envolvê-las na fase da decisão e da mobilização de forma a criar vínculos entre as pessoas e os estudos para evitar que estes sejam engavetados, e passem décadas sem nada ser feito.

Após a intervenção do Sr. Miguel Cintra o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que a petição foi entregue aos serviços da Assembleia Municipal que dando cumprimento ao regimento a divulgou de imediato por todos os Eleitos, bem como para o Sr. Presidente da Câmara.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A Sra. **Ana Beatriz Cardoso** na sequência da Tomada de Posição anterior, em nome da bancada do PS, apresentou a seguinte petição, que fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

O Sr. **Jorge Silva** começou por agradecer a apresentação do documento, para a tomada de consciência de todos sobre pontos essenciais e que já tiveram momentos em que a cidade se propôs a resolver e resolveu.

No final dos anos 70, princípio dos anos 80, os problemas relacionados com os transportes foram resolvidos, não colocando em causa a continuação do trabalho no mesmo sistema. Nessa altura houve várias soluções, sendo que algumas ainda existem, apesar de outras terem surgido e mais irão surgir.

A Petição foi oportuna, de forma que possa criar um momento de diálogo com todas as pessoas, responsáveis e técnicos de forma a elaborar um Plano que está no arranque.

Pensa não ser possível implementar soluções sem entrar em conflitos, em atritos de interesse, como é norma em qualquer Plano, mas nos Planos de Mobilidade mais acentuadamente se verificam essas contradições de interesse.

Só há soluções com boas bases, fundamentadas em termos técnicos, não só quantificadas, mas também recorrendo às fases formais mais atualizadas do planeamento, só assim será possível chegar a soluções a contendo em cidades como Évora.

Todos conhecem cidades com problemas semelhantes a Évora e sabem também quais as soluções e quais as dificuldades que tiveram e a série de problemas que normalmente acontecem na fase de encomenda e apresentação de ideias. Acredita ser um bom método sendo que da sua leitura se pode deduzir de imediato, contradições dos respetivos interesses.

Acredita que existem momentos certos para as coisas acontecerem. Assim, considerou que a proposta foi apresentada no momento certo, vai ser elaborado um estudo, que tem que ser uma credencial técnica cujos técnicos têm que conhecer e lançar os elementos de uma participação ativa, em que as contradições e interesses sejam objeto de mediação interna.

A terminar, lembrou que as questões mais complicadas eram relacionadas com o comércio. Acredita que será diferente do que viveu nos anos anteriores.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **Bruno Martins** que em nome do BE saudou os promotores, todos e todas por mais um momento de cidadania. É do conhecimento público que o BE tem defendido a participação ativa dos cidadãos na vida democrática do país e dos municípios., razão porque defende os orçamentos participativos.

Foi por proposta do BE que se aligeirou a forma como as petições e moções chegam à Assembleia Municipal. Têm estimulado a participação dos cidadãos nos respetivos órgãos.

Lembrou quando os cidadãos apenas podiam falar no final da sessão.

É um orgulho quando chega qualquer petição à Assembleia com temas fundamentais com os quais o BE está totalmente empenhado, como consta do seu Programa Eleitoral.

Évora não pode perder mais tempo à espera de um Plano de Mobilidade, a ser desenvolvido ora pelo município, ora em conjunto município/CIMAC. Os anos passam, a promessa fica por cumprir e Évora precisa de uma resposta estratégica para o município, em termos de mobilidade, uma estratégia que promova uma mobilidade ativa que representa mais saúde, melhor ambiente e mais inclusão social em especial para as crianças, jovens e mais velhos bem como pessoas com deficiência. Mas também, melhor economia.

Évora precisa de uma estratégia que desenvolva os espaços públicos aos cidadãos, que devolva segurança, saúde física e mental. É preciso coragem nas decisões. Não de palavras bonitas, mas sem ação.



O BE concorda, e sempre propôs o fecho de algumas ruas ao tráfego automóvel. É preciso coragem sim. Mas os/as eleitos têm que ter essa coragem. Promoção de mais faixas para utilização de novos ativos, alargamento de passeios, campanhas de bicicleta, promover o andar a pé e tantas outras propostas apresentadas pelos peticionários com as quais o BE não poderia estar mais de acordo. Évora precisa ser um Município verde, amigo das crianças, jovens, adultos e mais velhos. Este debate não pode terminar nesta sessão.

A terminar a intervenção referiu que o BE propunha que fosse colocada à votação no PAOD a proposta de “Abertura de Discussão Pública em torno do Plano Municipal de Mobilidade a iniciar no decorrer do ano 2020, de acordo com estratégia do Executivo”.

O Sr. **Frederico Carvalho** interveio para afirmar que era com muito regozijo que saudava os signatários da petição apresentada, concordava com as intervenções anteriores referindo o foco cívico nos últimos anos no concelho, em relação às questões da mobilidade, bem como na defesa da linha ferroviária, como no passado, pela defesa do Centro Histórico.

Consideram que no concelho, do ponto de vista do enquadramento, político-partidário existe consenso em relação a esta questão, pelo que será mais fácil iniciar o debate. Pensa que, por via da infelicidade da pandemia, pode vir a ser atrasado. Devendo no entanto fazer parte do debate a negociação com a Trevo que lhe parece datar de 2015.

Seria muito importante uma estratégia concertada, de forma a antecipar todas as preocupações bem como uma negociação mais acautelada.

É notável dentro de algumas perspetivas, uma cidade disforme, muito centrada no Centro Histórico com uma “espécie de ilhas” que são os bairros periféricos, o que apelou para o uso do transporte automóvel, o que hoje em dia se pode tornar uma mais-valia ao apelo para transporte não poluentes.

A ciclovia deverá fazer o caminho de disseminação por esses mesmos bairros.

Concorda com a sugestão do Sr. Bruno Martins, que acompanhará por considerar extraordinariamente interessante. Espera que o debate se realize o mais rápido possível, lembrando que se trata de um projeto que faz parte da sensibilidade da Coligação “Afirmar Évora 2017”, que tudo farão para que este debate não “caia em saco roto”.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **José Russo** que afirmou estar de acordo com a petição, da qual era um dos subscritores. O tema tem que ser debatido, de forma a serem encontradas soluções para o problema.

É necessário trabalhar para a concretização do plano de mobilidade para a cidade de Évora, Se existirem algumas medidas, podem, rapidamente começar a sinalizar soluções-

Lembrou que o fecho de ruas ao trânsito, se iniciou com a CDU. Nunca tinha acontecido e não voltou a acontecer durante 12 anos, depois da gestão da CDU.

Registou que existe uma ideia comum, a necessidade de uma reflexão, cuja discussão pública a CDU propõe que se realize a partir da Assembleia Municipal, à semelhança do que tem acontecido com outros temas, para que todos os deputados municipais e os cidadãos em geral possam ser comprometidos com as decisões e opções que são necessárias tomar.

O Sr. **Nuno Alas** interveio para agradecer ao grupo de cidadãos que estão sempre presentes com temas importantíssimos para a cidade, como este da mobilidade e com tudo que significa.

Em seguida lamentou que o assunto fosse apenas discutido a um ano de eleições autárquicas, quando os partidos têm a mania de se virarem uns contra os outros, sendo que as conclusões nestes casos, não são as melhores para a vida das pessoas.



Lembrou que em 23 de fevereiro de 2018, o PSD votou na Assembleia Municipal, após recomendação do mesmo partido, criar uma Comissão de Transportes Viários, entre os quais teria assento a CME, as Juntas de Freguesia, os Concessionários das Redes de Transportes Públicos, as associações cívicas ligadas à mobilidade, para que fosse um plano da Autarquia discutido pelos agentes da sociedade civil. É seu entendimento que fazer uma discussão pública apresentada pela CDU deve incluir as associações do setor, de segurança, não só públicas, presidentes das juntas não só urbanas mas também rurais, porque não tendo problemas de mobilidade, têm problemas para chegar à cidade porque não têm transportes públicos capazes.

Há questões específicas de supressão de vias, ausências de passeios, que têm e devem ser vistas de forma diferente. Não se pode viver numa cidade, seguros e autónomos se não existe sequer um passeio para andar em segurança.

Até agora chegar da freguesia do Bacelo às Portas de Aviz a pé, era uma verdadeira aventura. Fica satisfeito que ao fim de 11 anos a exigir um passeio para que os fregueses possam aceder à cidade, finalmente exista uma possibilidade.

Não se irão opor à discussão sobre o plano de mobilidade, embora seja competência da Câmara Municipal liderar a discussão.

Seguiu-se nova intervenção do Sr. **Bruno Martins** no sentido de esclarecer que a proposta era no sentido de recomendação ao Executivo para que promova uma discussão pública e que ela se inicie no decorrer deste ano, em torno do Plano Municipal de Mobilidade, que cabe ao Executivo apresentar e não uma proposta para a Assembleia Municipal apresentar aos cidadãos,

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por saudar a iniciativa cidadã presente, tendo em conta a atualidade do tema “mobilidade” onde são focadas algumas das lacunas dessa mobilidade.

Sem discutir o que foi dito anteriormente apenas deixaria as seguintes notas:

- Pensou-se, avançar para um Plano Intermunicipal dando-se início às relações intermunicipais. Para além da necessidade de um plano para este ano, acrescia ainda, que em termos futuros, os financiamentos de projetos por via da EU não poderão ser feitos sem a existência destes planos pela Câmara. (37.58)

- Perante um conjunto de propostas, destacou uma que estaria pronta a ser lançada a concurso público, a “Grande Mancha de Montado” que engloba 14 municípios.

- Um conjunto de ecopistas que ligam todos os concelhos do Alentejo Central, com uma rede mais apertada no concelho de Évora, sendo que no concelho de Évora o valor estimado que vai a concurso através da CIMAC ronda os novecentos e cinquenta mil euros que irá também requalificar a ecopista existente.

- A partir deste Plano Intermunicipal entendeu-se iniciar o Plano de Mobilidade Municipal, preparado pelos Serviços Municipais, foi lançado o concurso e adjudicado há pouco tempo.

Não se pode estar à espera do Plano para se tomarem medidas no âmbito da mobilidade, desde que essas medidas, não comprometam o que vier a resultar do Plano de Mobilidade.

Com toda a responsabilidade deve avançar-se, tão breve quanto possível, com a discussão em torno do Plano de Mobilidade, com um debate público mais amplo do que os cidadãos hoje apresentaram na petição. Deverá ser uma discussão mais célere. Acompanha a proposta do Sr. Bruno Martins.

Na sequência das intervenções anteriores o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a votação a proposta de petição “**Recomendação de abertura do processo de discussão pública do processo de Mobilidade, em Évora**” apresentada pelo BE.



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROJETO DE ATA

Encerrada a discussão sobre a petição apresentada pelo grupo de cidadãos, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, mais uma vez, apelou à benevolência dos Senhores Deputados Municipais perante o atraso na preparação e apresentação das atas. Existe um conjunto de atas atrasadas, em que a situação da pandemia não veio ajudar.

Informou ter sido solicitado apoio à Câmara de dois funcionários que estão a ajudar nas audições das sessões, com o objetivo de se conseguir atualizar as atas da Assembleia Municipal, no mais curto espaço de tempo.

- N.º 1, DA SESSÃO DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018

Em seguida, colocou à discussão e votação o projeto de ata referente à sessão realizada em 28 de fevereiro de 2019, sendo de salientar que o texto da mesma foi previamente distribuído por todos os membros, sendo dispensada a sua leitura.

O Sr. **Jerónimo José** disse não ter nenhuma alteração, apenas uma constatação/recomendação, se como é referido na ata em vários pontos, que não é audível. Se a gravação não está boa que se tenha mais cuidado, se detete o problema e se corrija tecnicamente.

O Sr. **Presidente da Assembleia** concordou com o Sr. Jerónimo José clarificando que do ponto de vista técnico não se conseguiu ultrapassar o problema. Ocorreram deficiências com o sistema de gravação do registo áudio sendo que aquelas partes da gravação ficaram impercetíveis. Há frases que se conseguiram reconstruir, mas a maioria não deu para perceber o sentido da frase. Foi feito um esforço enorme para melhorar, o que não foi de todo possível.

Em nova intervenção o Sr. **Jerónimo José** afirmou não por em causa os esforços feitos no sentido de reaver a gravação. Pediu mais atenção para que não volte a acontecer os serviços não conseguirem fazer a ata.

Em resposta o Sr. **Presidente da Assembleia** afirmou que os problemas foram resolvidos e a questão foi ultrapassada.

Não se verificando mais pedidos de palavra o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** pôs à votação o projeto da ata referida em epígrafe que foi **Aprovada, por unanimidade, com 32 presenças.**

Declaração política O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que ficava no PAOD.

O Sr. **José Figueira** interveio para se referir a assuntos de interesse municipal, como o aumento do desemprego e a situação social.

Acabaram de ser publicado os dados que registam 409 mil trabalhadores que estão desempregados. Nos últimos 3 meses da pandemia foram registados mais de 83 mil trabalhadores, tantos como se



registaram na altura da crise económica 2008/2009 o que significa 85% em 3 meses do que foi o desemprego no ano do pico da crise económica financeira.

Comparativamente com 2019 o desemprego aumentou 34%. em Maio. No Alentejo, comparativamente a Março aumentou 25%. No caso do distrito de Évora esse aumento foi de 15% e 24% em relação ao mês autónomo.

À margem da situação verificada no desemprego, é também muito preocupante o que se está a verificar nas empresas como a Tyco Eletronics em que estão a ser postos em causa direitos fundamentais dos trabalhadores, como o despedimento de trabalhadores temporários e ao mesmo tempo, requisição de férias para outros trabalhadores. Também na Empresa Lobos com a requisição do lay-off 100 trabalhadores são despedidos. Existem também preocupações ao nível internacional no setorial aeronáutico.

A par destas preocupações as extensões de saúde nas freguesias rurais, a maioria, continuam a estar encerradas neste contexto de pandemia em que os “grupos de risco” mais precisam de se manter em casa, considerando assim, que os serviços de extensão de saúde devam ser reabertos. Houve décadas de desinvestimento nestas extensões de saúde da responsabilidade dos sucessivos governos em que os profissionais de saúde, médicos e enfermeiros respostas técnicas adequadas, ficando ao abandono, sem qualquer intervenção, pelo que é urgente que estas extensões de saúde reabram em condições com algum esforço de reabilitação do Ministério da Saúde

Também é muito preocupante, o facto de continuar adiada a assinatura do contrato de adjudicação da obra de construção do Hospital Central do Alentejo em Évora, quando o concurso internacional já terminou, o que significa, na opinião da CDU, a necessidade de determinadas cidades serem assumidas politicamente, no sentido da dinamização da economia, na criação de riqueza e de emprego, com direito ao subsidio de desemprego, como salvaguarda dos salários e rendimentos das famílias. Também na área da saúde, proteção e segurança social têm que ser encaradas com determinação.

É entendimento da CDU que só com desenvolvimento e com um programa de emergência económica social para a região será possível inverter a dramática situação que se está a viver no Alentejo e em Évora.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Sra **Carla Semedo** que começou por referir que um morador da “Rua 5 de Outubro” enviou uma carta ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Évora expondo o seu desagrado e contestação face à instalação de um posto para análises na referida Rua.

Em 22 de Maio, a resposta do Presidente da Câmara, dava conta, que junto dos Serviços Municipais, foi possível apurar que a licença de funcionamento dessa unidade, tinha sido submetida pela Entidade Reguladora de Saúde, sem qualquer processo na Câmara Municipal.

Mais esclareceu Senhor Presidente da Câmara que na sequência desta informação, foi contactada a ARS no sentido de se proceder ao encerramento ou transferência de instalações daquela unidade, apresentando os respetivos fundamentos.

O Presidente da ARS disse compreender, facilitando contacto direto com os sócios, para cessação dos serviços em causa.

Finalizou o Sr. Presidente a resposta aos moradores assegurando que a Câmara Municipal de Évora, continuaria a acompanhar com a máxima atenção o processo de cessação visado, atenta às questões de saúde pública.

Decorrido um mês sobre esta data, o referido laboratório continua a funcionar. Segundo informação recolhida hoje, ambulâncias das mais diversas proveniências, param na Praça do Giraldo, onde profissionais de saúde completamente equipados, transportam ou auxiliam pessoas, na sua maioria



idosos, até ao local da colheita, como atestam algumas fotos que tem dada as condições não é passado. Pode mostrar as fotos se alguém quiser ver, pode disponibilizá-las.

A situação descrita leva a que outras pessoas se desloquem ao mesmo local, aguardando no exterior a sua vez para fazer os testes, o que origina aglomerados de pessoas que vão deambulando junto aos espaços sociais, como cafés e lojas, muitos sem máscara (o que não é obrigatório por estarem em espaços abertos), outros recorrendo aos cafés onde vão esperando. Aumentando aos meios de contágio para a população em geral.

Por informação que um lojista lhe passou, deu conhecimento que no passado sábado, cerca de 20/25 pessoas provenientes de Reguengos estiveram a fazer testes neste laboratório, tendo aguardado a sua vez nas imediações.

Face às situações expostas, tendo em conta o perigo para a saúde pública e para a disseminação da pandemia na cidade, perguntam uma vez que a Câmara Municipal tem feito um acompanhamento próximo qual o ponto da situação atual.

Em resposta, o Sr. **Presidente da Câmara Municipal** começou por considerar inadmissível que um laboratório com as características do referido, que faz testes COVID, seja instalado na principal Rua Pedonal e Turística da cidade.

Como foi referido, logo que a Câmara tomou conhecimento foi de imediato contactada a ARS dado conhecimento da situação, no sentido de perceber o que se tinha passado. Depois de algum tempo passado sobre o pedido de informação o Sr. Presidente da ARS informou que o local foi licenciado pela Entidade Reguladora da Saúde, sem passar pela Câmara Municipal de Évora, o que não se percebe. No mínimo deveria ser a Entidade Reguladora de Saúde a contactar a CME, no sentido de lastimar a situação. Entrou em contacto com o responsável com o laboratório, transmitindo-lhe toda a situação. Ficou muito surpreendido, afirmando que rapidamente iria encontrar uma solução para o problema.

Entretanto, no âmbito da Comissão Distrital da Proteção Civil e da Comissão de Saúde, foi colocada a questão, no sentido de identificar a possibilidade legal da Comissão Distrital de Proteção Civil, impor o encerramento coercivo daquele espaço.

Neste momento há uma lista que possibilite esta intervenção. A CME procurou estabelecer diálogo e local alternativo para a recolha dos testes, sem as implicações daquela zona. Não acredita que haja vontade de resolver o problema, pelo que iria avançar com o encerramento coercivo.

Não se registando mais pedidos de palavra, em continuação dos trabalhos, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** fez saber que tinham chegado à Mesa vários documentos para discussão, pelo que iniciou com a **Recomendação do BE** intitulada **Regulamentação e Implementação de Suplemento de Insalubridade, Risco e Penosidade na Administração Local**, solicitando ao Sr. Bruno Martins, que apresentasse o documento.

O Sr. **Bruno Martins** leu o texto na globalidade, que fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

Face aos teor dos documentos, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação o a **Recomendação** apresentada pelo BE, **Regulamentação e Implementação de Suplemento de Insalubridade, Risco e Penosidade na Administração Local**, que foi aprovado, por unanimidade, com 32 presenças.



Seguiu-se a intervenção do **Sr. Presidente da Câmara** para dar conhecimento que na última reunião de Câmara foi aprovada uma proposta sobre a necessidade urgente se implementar o subsídio de risco seguindo-se o envio desta proposta para os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República bem como para outras entidades.

Na sequência da recomendação do BE o Sr. **José Figueira** interveio para informar de que a CDU também apresentou à Mesa uma **Recomendação de Suplemento de Insalubridade Penosidade e Risco Previsto no Decreto-lei 53-A/98**, solicitando a sua apresentação e discussão.

Assim, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra à Sra. **Antónia Boieiro** que passou a ler a **Recomendação de Suplemento de Insalubridade Penosidade e Risco Previsto no Decreto-lei 53-A/98**, citando o respetivo Decreto-lei, assim como as propostas apresentadas, ficando as mesmas em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

Após a votação da Recomendação do BE, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a Recomendação apresentada pela CDU, **Recomendação de Suplemento de Insalubridade Penosidade e Risco Previsto no Decreto-lei 53-A/98**, que foi aprovado, por unanimidade, com 32 presenças.

Declaração de voto do Sr. Nuno Alas: *“Este Decreto-lei, pode ser uma das soluções para este problema dos profissionais da administração local e dos profissionais de saúde, ao referir insalubridade e risco. Mas também é verdade que há trabalhadores do setor privado devem ser abrangidos, como os trabalhadores da GESAMB, que trabalham com lixos e resíduos.”*

Em continuação dos trabalhos, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que o terceiro documento chegado à Mesa era uma moção, apresentada pelo BE, **Saudação à Mobilização Anti-Racista** que o Sr. **Bruno Martins** apresentou, ficando a mesma em anexo a esta ata, dela fazendo parte integrante.

A Sra. **Ana Beatriz Cardoso** interveio para lembrar que na década de 90 os filósofos falavam no fim da história e hoje, vivem-se momentos muito importantes. Afinal neste momento assiste-se a uma mudança de paradigma com o aparecimento da pandemia do Covid que tem alterado as defesas humanas, além das alterações climáticas

É fundamental um compromisso de todos enquanto cidadãos e como deputados municipais desta Assembleia se apoiem todas as políticas de discriminação positiva e de igualdade.

Falar em oportunidades de igualdade é dar à partida, oportunidades iguais a todos à chegada. Todos têm que olhar para o que se quer para daqui para a frente. A história também nos faz pensar em nós próprios.

Não havendo mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a moção apresentada pelo BE **Saudação à Mobilização Anti-Racista**, que foi aprovado, por unanimidade, com 32 presenças.

Declaração de voto do Sr. João Canha: *“Muito significativo que o município seja afirmado como um território antirracista, e tudo o mais. Estou perfeitamente identificado, enquanto pessoa, enquanto cidadão, com o antirracismo. Tenho pena que na moção, não se tivesse feito um merecido louvor a*



uma manifestação, em plena pandemia, onde uma multidão de gente se encontrou de uma forma mais ou menos desordeira e onde o distanciamento social não foi devidamente acautelado.”

Declaração de voto do Sr. José Maria Figueiras: *“O voto a favor na moção agora apresentada, traduz, sobretudo a posição da CDU de inequívoca condenação, combate ao racismo e à xenofobia, património de intervenção das forças que constituem a CDU. Um combate que existe também na denúncia de ações que visa exacerbar a questão para invocar a sociedade portuguesa num clima de conflitualidade racial que se revela, como se vê, alimento para a sua instrumentalização ao serviço dos agentes reacionários.*

Tendo votado a favor da moção apresentada pelo BE, pelas razões referidas, não podemos deixar de assinalar a incoerência de que alimentando o povo português como povo racista, considera que deixaria de se, se assim fosse, por mera aprovação do território.

Reconheço que naturalmente é importante depois da fatalidade que ocorreu nos Estados Unidos da América, que origina um pouco por todo o mundo, ondas de choque e indignação, relativamente à discriminação racial.

Naturalmente não nascemos racistas. Obviamente que é a influência e o condicionamento que o ser humano faz, e a quem o envolve, que se vai formatando a ter este tipo de preconceitos.

De qualquer forma, gostaria de deixar a minha opinião pessoal, que esta moção tivesse um pouquinho de indignação perante o excesso que no meio das manifestações têm ocorrido, tentando subverter a ordem natural das coisas e fazendo o revisionismo da história.

Ficaria bem ao BE fazer a destrinça para que não ficasse de todo uma névoa, uma dúvida, de que o BE é conivente com este tipo de posturas, de certa forma, antissociais.

Quero também referir não ter nada a opor relativamente a “município antirracista”, que o Sr. João Canha há pouco referenciou. Penso ser mais um proforma porque penso que este Executivo, este Concelho, este Povo, têm demonstrado ao longo de décadas que não somos racistas.

Este tipo de postura fazem-se como quando, há pouco tempo na Comissão Municipal de Juventude dois jovens africanos participaram ativamente na vida do conselho de Évora. Também nos deve preocupar a integração dos jovens universitários por exemplo os PALOPS e principalmente tudo que podemos fazer em prol da inclusão social e racial. Não só como uma questão racista que se vai mudar o “status quo” da realidade,

A terminar a minha declaração de voto, às vezes não posso discordar da minha colega Ana Beatriz Cardoso, devemos fazer esse caminho, mas também não devemos antecipar o estado das coisas de forma abrupta.

Ainda há pouco tempo, houve algum excesso de uma comentadora de televisão, numa total inconsciência, que posteriormente se sentiu obrigada a pedir desculpa, porque tinha posto tudo no mesmo saco, ao afirmar que nunca tinha visto agentes de autoridade depor

O que é facto, é que não se pode esperar que uma população seja constituída por percentagem da sua cor, que é de origem africana, mas obviamente todos conhecemos realidade do nosso território. Onde há muita gente de origem africana e outras, que são tratados de igual para igual, que começam a ocupar lugares de destaque no país, o que é de louvar.”

Declaração de voto do Sr. Bruno Martins: *“É de lamentar que se utilize o período de declaração de voto para fazer comentários ridículos, quando não há espaço para debate, quando não poder haver resposta.*

É desafiar os eleitos neste espaço em que não pode haver debate.”



O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** fez um apelo aos deputados municipais no sentido de que as declarações de voto, sejam o mais sintéticas possível, sob pena também, dos trabalhos se tornarem muito prolongados.

Declaração de voto do Sr. Paulo Jaleco: *“Eu não podia estar mais de acordo com a moção apresentada, sou anti-racista, mas a um facto que é falado numa manifestação, e que não posso deixar de fazer um comentário, não só em termos de saúde pública, mas pelo facto de estar atento aos princípios da democracia, em desrespeito aos espaços de segurança. É inadmissível que manifestações como esta, sejam faladas como um facto a enaltecer, quando uma parte não respeitou a segurança e um ataque à história como promoção e incentivo, ao derrube de estátuas. Com isto não posso compactuar.*

No que se refere ao antirracismo, sim.”

Não se verificando mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que o quarto documento era uma moção, apresentada pelo PS, **Voto de Congratulação** que a Sra. **Carla Semedo** apresentou, ficando a mesma em anexo a esta ata, dela fazendo parte integrante.

Face ao teor do documento apresentado, a Sra. **Clara Grácio** referiu que era óbvio que todos estavam de acordo com a moção de congratulação apresentada, mas não podia deixar de lembrar, que não é num bater de palmas, mas sim com medidas concretas, pelo que não podia deixar de referir, que foi chumbado na Assembleia da República, o Plano de Emergência para o SNS, onde eram apresentadas medidas concretas que podiam proporcionar mais segurança aos profissionais de saúde que estão na linha da frente.

Concorda com a moção, mas deveriam saber exatamente o que se passa. Uma coisa é bater palmas, outra coisa é apresentar medidas que defendam os profissionais de saúde.

Não havendo mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a moção apresentada pelo PS, **Voto de Congratulação**, que foi aprovado, por unanimidade, com 32 presenças.

Declaração de voto do Sr. José Maria Figueiras: *“O nosso Voto de Congratulação é extensivo aos trabalhadores das autarquias, em particular da Higiene, Limpeza e Abastecimento de Águas.”*

No seguimento dos trabalhos, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que o quinto documento apresentado à Mesa, era um **Voto de Louvor** sobre a mesma matéria, apresentado pelo “Afirmar Évora 2017” que o Sr. **Frederico Carvalho** passou a referir: “Solidarizamo-nos com a moção anteriormente apresentada e aprovada, porque, obviamente, todos temos feito um esforço enorme, em todas as áreas. Pessoas que nunca deixaram de trabalhar, pessoas com filhos a cargo, têm tido um apert de sobrecarga durante todo este período de pandemia.

Naturalmente temos também que deixar uma palavra para as pessoas que fizeram maior sacrifício, com riscos muito elevados, porque estavam na primeira linha no combate à pandemia. Estamos a falar dos técnicos de saúde, médicos, enfermeiros, e todos os outros profissionais de saúde, bombeiros, proteção civil, e muitos trabalhadores municipais na área do apoio social.

Muito especialmente, queria agradecer com muito carinho e sentido de missão que reconhecem às pessoas que têm trabalhado, no setor social, nos lares, com riscos enormes, sem deixarem que as pessoas mais fragilizadas e debilitadas ficassem sós.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Essencialmente esta moção tem um agradecimento e louvor a todas estas pessoas em geral mas aos que têm estado na linha da frente nesta pandemia.”

Não se verificando intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a moção apresentada pelo Afirmar Évora 2017, **Voto de Louvor**, que foi aprovado, por unanimidade, com 32 presenças.

Referindo várias solicitações, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** concordou com um pequeno intervalo de 10 minutos

Após o intervalo, no reinício dos trabalhos, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que o sexto documento chegado à Mesa era uma moção, apresentada pela CDU, **Salvar Centenas de Micro Pequenas e Médias Empresas - Primeiro Passo Para a Gestão Económica que o Concelho de Évora precisa**, que a Sra. **Elmina Lopes** passou a ler, ficando a mesma, em anexo a esta ata, dela fazendo parte integrante.

Depois desta apresentação, o Sr. **Adelino Fonseca** interveio para afirmar que o PS partilha da preocupação e da necessidade da gestão económica que o concelho de Évora precisa.

Esta responsabilidade que é imputada exclusivamente ao governo não é, inteira responsabilidade do governo, em primeiro lugar porque não é verdade que o apoio se resume ao mero capital, mas foi muito mais que isso desde o início do Covid, sendo que a questão mais simples e mais próxima destes pequenos empresários deve ser repartida pelas Câmaras Municipais e entidades associativas que devem em conjunto com os seus associados a concretizar o que foi lançado.

Só cerca de 30 pessoas responderam ao financiamento, queixando-se a Câmara, queixando-se da Associação Comercial. É necessário olhar para esta situação com responsabilidade,

Neste sentido pensa que estas preocupações devem ser tidas em consideração. Mas, é preciso haver dignidade e honestidade nestes casos de adversidade, que nos toca a todos.

Não se verificando mais intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** pôs à votação a moção que foi, aprovada, por maioria, com 20 votos a favor (14 da CDU, 3 do PSD, 1 BE, 1 CDS, 1 MMPI) e 12 abstenções do PS.

No seguimento dos trabalhos o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. **José Russo** para apresentar o sétimo documento oriundo da CDU, subordinado ao tema **Retoma da Oferta dos Transportes Ferroviários e Rodoviários Urbanos e Interurbanos uma decisão que urge ser tomada**. O Sr. **José Russo** apresentou a moção que fica em anexo a esta ata, dela fazendo parte integrante.

Numa breve intervenção o Sr. **Frederico Carvalho** referiu, não colocando em causa a aceitação ou não da moção, tendo em conta os contactos da Câmara com a Trevo, perguntava se era possível o Sr. Presidente da Câmara, esclarecer se a Câmara de Évora tem dívidas pendentes há empresa Trevo, como tem vindo a ser especulado

Também o Sr. **Adelino Fonseca** interveio, para afirmar que o PS comungava das mesmas preocupações, pelo que passou a questionar o Sr. Presidente da Câmara, sobre as negociações com a



Trevo, não sobre o contrato anterior, já que não existe direito legal para exigir a reposição dos transportes.

É óbvio que têm conhecimento de negociações sobre um novo contrato, de forma que o município possa exigir, que de facto, possam ser colocadas carreiras de forma a satisfazer as necessidades dos munícipes, que já se encontram a trabalhar.

No sentido de esclarecer as perguntas que lhe foram dirigidas o Sr. **Presidente da Câmara** interveio começando por referir que na próxima Sessão da Assembleia Municipal serão presentes dois pontos sobre esta matéria, um sobre a celebração do contrato e o outro sobre a abertura de concurso para conceção de transportes públicos.

Explicou que a atual situação, é complexa. Com o início da pandemia a Trevo comunicou à Câmara (à semelhança da generalidade das empresas de transportes públicos), que deve ser compensada pelas medidas que foram tomadas na sequência do COVID. Uma das principais medidas foi a restrição para 1/3 no número de passageiros que os autocarros podem transportar.

As verbas sobranes da redução tarifária para fazer a compensação desse valor, no caso de Évora corresponde a quatro mil euros. A Câmara tomou a decisão de, de acordo com a lei, devolver esse valor à Trevo. Enviou um contrato que a Trevo ainda não devolveu assinado. A Câmara Municipal não considera que seja dívida

De acordo com a lei, em meados de maio, a Câmara apresentou uma proposta de retoma progressiva dos transportes, a qual não teve resposta. Pelo que não recebeu esse dinheiro. Apenas na passada segunda-feira foi possível garantir que na próxima semana iria recomeçar com linha azul e uma parte dos transportes solicitados na proposta de retoma. Como é sabido, isso ainda não se verificou.

Neste momento são estas as informações possíveis.

Em relação às questões do novo contrato de conceção, é um contrato de conceção público aberto, com o parecer da Autoridade Nacional de Mobilidade, seguindo para o Tribunal de Contas. Está aberto a todos os operadores do mercado nacional.

A única decisão de momento é referente à prorrogação do atual contrato, sabendo-se qual a diminuição de passageiros, foi calculado o valor da compensação pela diminuição de passageiros.

Neste momento a garantia que a Trevo dá, é recomeçar na próxima semana coma Linha Azul e outras carreiras. Não a totalidade de oferta que a Câmara entende que devia ser reposta de imediato, que no orçamento suplementar se espera haver uma resposta para este problema em termos nacionais porque é um problema nacional.

O Sr. **Bruno Martins** interveio para perguntar se entretanto o município continuava a pagar a na totalidade à empresa, informando o Sr. **Presidente da Câmara** que é do conhecimento de todos no mandato anterior foi feita uma renegociação do contrato que foi aprovado na Assembleia Municipal. Na altura a Câmara pagava 88 mil euros/mês à Trevo pela compensação prevista. Essa renegociação, foi reduzida para 35 mil euros/mês, valor que está a ser pago.

Não se verificando intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a moção apresentada pela CDU, **Retoma da Oferta dos Transportes Ferroviários e Rodoviários Urbanos e Interurbanos uma decisão que urge ser tomada**, que foi aprovado, por unanimidade, com 32 presenças.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Antes continuar com os trabalhos Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** lembrou a necessidade de realização de uma reunião extraordinária, tendo em conta a crise pandémica o prazo para a deliberação das contas foi prorrogado até final do mês Julho.

Na continuação dos trabalhos o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. **Jorge Lourido** que apresentou o oitavo documento, uma moção da CDU, subordinado ao tema da cultura **É urgente dar atenção ao setor da cultura, para evitar que muitas estruturas artísticas evoluam para situações limites dos seus trabalhadores**, leu a moção que fica em anexo a esta ata, dela fazendo parte integrante.

Não se verificando nenhuma intervenção, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a moção apresentada pela CDU, **É urgente dar atenção ao setor da cultura, para evitar que muitas estruturas artísticas evoluam para situações limites dos seus trabalhadores**, que foi aprovada, por unanimidade com 32 presenças.

Em seguida o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. **Paulo Jaleco** que apresentou o nono documento, uma moção do PSD, subordinado também ao tema da cultura **A Igualdade que a Cultura Merece**, que passou a ler e que fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

O Sr. **Frederico de Carvalho** interveio para referir que a moção que ia apresentar tinha o mesmo sentido, pelo que, se fosse entendimento do PSD a votação poderia ser em conjunto.

Não se verificando intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a moção do PSD **A Igualdade que a Cultura Merece**, foi aprovada, por maioria, com 10 votos a favor (3 CDU, 2 PS, 3 PSD, 1 CDS, 1 MMPI), 4 votos contra (3 PS, 1 BE) e 18 abstenções (11 CDU, 7 PS).

Declaração de voto do Sr. Bruno Martins: “*Consideramos que não estamos na presença de uma atividade cultural. Vamos votar contra esta moção, como é óbvio.*”

Não se verificando mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. **Frederico Carvalho** que apresentou o décimo documento, uma recomendação do CDS, subordinado ao tema **Pela Reabertura da Atividade Tauromáquica**, referindo breves citações, mas cujo documento, fica na íntegra, em anexo a esta ata, dela fazendo parte integrante.

Não se verificando intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a recomendação do CDS **A Igualdade que a Cultura Merece**, foi aprovada, por maioria, com 10 votos a favor (3 CDU, 2 PS, 3 PSD, 1 CDS, 1 MMPI), 4 votos contra (3 PS, 1 BE) e 18 abstenções (11 CDU, 7 PS).

Declaração de voto do Sr. José Maria Figueiras: “*Em relação aos dois documentos apresentados, a CDU respeita integralmente a opinião e sensibilidade de quem não apoia, se choca ou rejeita a Tauromaquia.*

Mas recusa, que se entre em conflito aberto, com comunidades inteiras que sentem a Tauromaquia como parte da sua identidade. Respeitar a diversidade cultural, implica conhecer expressões culturais



diferentes das de cada um e reconhecer a universalidade dos direitos. O futuro será determinado pela evolução sempre em movimento das expressões culturais e das sensibilidades humanas.”

Na continuação dos trabalhos o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra à Sra. **Ângela Caeiro** que apresentou o décimo primeiro documento chegado à Mesa, uma moção proveniente do PSD, subordinada ao tema “**Escola Secundária André de Gouveia, Começar uma Obra pelo Telhado**”, leu a moção que fica em anexo a esta ata, dela fazendo parte integrante.

Na sequência da apresentação da moção anterior, o Sr. **Frederico Carvalho** interveio para questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre a informação referente às escolas com necessidade de reabilitação por via da remoção do amianto. São apenas duas ou não porque ouviu que há bastantes áreas com necessidade de remoção do amianto.

Também o Sr. **Ananias Quintano**, afirmando não querer entrar em polémicas. Apenas considera estranho que o partido que teve graves problemas, que foi o PSD, que está no governo, e acabar liminarmente com a Parque Escolar sem ver as consequências, sem provavelmente ter visto o que faltava fazer no país. A Escola Secundária André de Gouveia seria a próxima. Considerou a moção muito estranha, quando é do conhecimento de todos que existem graves problemas, parte das escolas não estão sem amianto.

A Escola André de Gouveia de facto, precisa de uma escola quase nova, a culpa da mesma ter chegado ao atual estado, já disse de quem era. Todos querem, e todos precisamos de uma André de Gouveia a funcionar a 100%. Vamos votar contra a moção,

Em resposta às perguntas feitas o Sr. **Presidente da Câmara** afirmou que dentro do possível iria deixar mais alguma informação, dentro do possível.

Em relação ao levantamento feito no mandato anterior, avançou um programa para as escolas municipais, sendo que o amianto nas escolas municipais está resolvido. Falta na Escola André de Gouveia e Santa Clara.

Foi contactado diretamente pelo Sr. Secretário de Estado da Administração Local a perguntar se o Município estava disponível para cooperar com o Governo na remoção do amianto destas escolas. Foi transmitido ao Sr. Secretário de Estado, que dependeria das condições que fossem colocadas, preto no branco, porque através de um telefonema não se poderia fazer essa avaliação. Comiserando no entanto que esse acordo teria que garantir pela parte do governo que a despesa integrar a fazer pelo Município fosse paga pelo Governo, dada a incapacidade do Governo para resolver um problema da sua responsabilidade como a da remoção do amianto nas escolas.

O Sr. Secretário de Estado informou ainda que estava a ser preparada uma portaria, que saiu há pouco tempo. Depois de uma cerimónia em que participou a ANMP, e está a ser analisada para se perceber se corresponde ou não à conversa telefónica que já referiu, em que chamou a atenção que dificilmente seria possível na Escola André de Gouveia separar o que é amianto do que não é amianto. Mas que era necessário que os técnicos vissem qual a atual situação, e lembrou que há 2 anos a Câmara está à espera do projeto que foi comprometido pela Secretaria de Estado para se poder negociar nova escola, e que considerasse fundamental que fosse aquele projeto que indicasse todas as situações. Terá todo o sentido projeto parcelar

Até ao momento o que é certo, é que se continua sem projeto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Também o Sr. **Adelino Fonseca** interveio para referir que não se trata da construção de uma escola nova, mas sim recuperação de uma escola, o que pode ser feito em várias fases, sendo o mais importante que se inicie por algum lado.

A questão é que as obras podem ser feitas faseadamente.

Em nova intervenção a Sra. **Ângela Caeiro** lembrou que o PSD não está no Governo desde 2015, estamos em 2020 e as obras da Parque Escolar ficaram tão bem feitas que em escolas novas chove lá dentro e no verão o calor é insuportável. Consideramos que deve haver uma intervenção de fundo e não apenas parcelar. Devemos fazer um esforço para essa renovação.

Não se verificando mais intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a moção apresentada pelo PSD “**Escola Secundária André de Gouveia, Começar uma Obra pelo Telhado**”, foi aprovada, por maioria, com 20 votos a favor (14 CDU, 3 PSD, 1 BE, 1 CDS, 1 MMPI) e 12 votos contra (12 PS).

Na continuação dos trabalhos o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. **Frederico Carvalho** que apresentou o décimo segundo documento chegado à Mesa, uma recomendação do CDS, subordinada ao tema “**Acesso a Máscaras de Proteção no Concelho de Évora**”, que fica em anexo a esta ata, dela fazendo parte integrante.

Seguiu-se a intervenção da Sra. **Gertrudes Pastor** que afirmou conhecer a realidade das Juntas de Freguesia em relação a esta matéria.

Conhece toda a realidade em relação à distribuição de máscaras- Estão a distribuir máscaras cirúrgicas mas também máscaras especiais. Estão a ser distribuídas máscaras pelas pessoas mais vulneráveis.

Também o Sr. **Presidente da Câmara** interveio para informar que no primeiro fornecimento de máscaras em março, foi decidido como necessidade prioritária distribuir pelos bombeiros e por todos que do ponto de vista social não conseguissem aceder às máscaras, embora existam as associações. De momento há problemas com a aquisição de máscaras para os Bombeiros, precisam de uma média diária de 50 máscaras, dependendo do transporte de doentes.

Neste momento ainda não está resolvido o problema de todos os EPS.

O Sr. **José Maria Figueira** propôs que o Sr. Frederico Carvalho retirasse a Recomendação em face da informação das Juntas de Freguesia e também do Sr. Presidente da Câmara.

Depois destas informações, não faz sentido, sob pena da CDU ter que votar contra, uma vez que o trabalho está a ser feito.

Não se verificando mais intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a recomendação apresentada pela Coligação “Afirmar Évora 2017”, “**Acesso a Máscaras de Proteção no Concelho de Évora**”, foi aprovada, por maioria, com 17 votos a favor (12 PS, 3 PSD, 1 Coligação “Afirmar Évora 2017”, 1 MMPI), 14 votos contra (14 CDU), 1 abstenção (1 BE).

Declaração de voto do Sr. José Russo: “A CDU faz esta declaração de voto, porque do nosso ponto de vista, efetivamente esta recomendação, não tem razão, porque está a acontecer diariamente no nosso território. Não é possível estarmos a pensar nisto hoje. Já estamos a pensar nestas situações desde março.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O BE tem razão quando diz que fazemos saudações ao pessoal da saúde, e depois aparecem recomendações destas que não fazem sentido nenhum.”

O que há a fazer é no terreno e não em recomendações desta natureza.

Declaração de voto do Sr. Nuno Alas: *“O PSD votou favoravelmente pelo princípio subjacente a esta proposta de recomendação mas simultaneamente, vê-se agora que quem acompanha o trabalho ao vivo e conhece o trabalho feito pelas Juntas de Freguesia nesta, área.*

Estendemos que não é uma recomendação crítica às Freguesias ou à Autarquia, mas sim uma moção sobre a proteção aos mais fracos e desfavorecidos.

Nesse sentido o nosso voto foi favorável.”

Na continuação dos trabalhos o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. **Frederico Carvalho** da Coligação “Afirmar Évora 2017” que apresentou o último documento chegado à Mesa, um “**Voto de Pesar pelo Falecimento do Embaixador José Cutileiro, seguido de Um Minuto de Silêncio**”, de uma forma sucinta mas muito sentida, lembrou que faleceu um Português, um Eborense de mão cheia, que muito deu à cultura, à diplomacia nacional e internacional, que muito fez pelo desenvolvimento e concórdia dos povos, pela Paz.

Penso ser de elementar justiça fazer na sua terra-mãe um voto de pesar por tudo referi.

Na sua intervenção o Sr. **José Maria Figueiras** afirmou que a CDU subscrevia o Voto de Pesar, mas antes gostava de fazer uma referência sobre o Embaixador José Cutileiro, enquanto antropólogo. Publicou a sua tese, em Oxford, sobre a obra “Pobres e Ricos do Alentejo”, sendo esta apenas publicada em Portugal, depois do 25 de Abril.

Em seguida, o Sr. **Presidente da Câmara** interveio para informar a Assembleia de que apresentou condolências à família. Em Reunião de Câmara foi aprovado um Voto de Pesar pelo falecimento do Embaixador José Cutileiro.

Em seguida, verificou-se **Um Minuto de Silêncio em Memória do Embaixador José Cutileiro,**

Não se verificando mais intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o, “**Voto de Pesar pelo Falecimento do Embaixador José Cutileiro, seguido de Um Minuto de Silêncio**”, apresentado pela Coligação “Afirmar Évora 2017, que foi aprovado, por unanimidade, com 32 presenças.

Não havendo mais documentos para o PAOD o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** passou de imediato ao ponto 1 da Ordem do Dia:

PONTO 1 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2019

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por dizer que iria fazer uma apresentação muito sintética sobre os documentos distribuídos, começando por referir:

- No mandato anterior, o falecimento do então Vice-Presidente e Vereador João Rodrigues do Executivo Municipal;
- Considerou que em termos de política cultural o ano passado, foram atingidos objetivos comuns, com ações claras, como escolas, foram emas bem acolhidos pelos eborenses.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- Em termos de enquadramento de política social, em 2019 houve uma trajetória de retoma económica em Portugal e na UE, contudo não se conseguiu recuperar para os níveis anteriores à crise. Apesar do crescimento do PIB é bom recordar que continuou o desemprego, e mesmo com a criação de postos de trabalho, não se conseguiu atingir os valores anteriores à crise.

Entretanto o mundo foi surpreendido com a pandemia e que alguns problemas estruturais continuam preocupantes, como é o caso da dívida pública que em termos absolutos, em alguns casos é maior.

- Em Évora houve uma diminuição de emprego, e um ligeiro aumento de rendimentos líquidos na população, o que significou uma melhoria da situação social económica, apesar de se manterem as dificuldades, sobretudo ao nível do rendimento para uma parte da população e ao nível da saúde e educação. Em particular, deu-se o agravamento do acesso à habitação, bem como um conjunto de condicionantes à atividade municipal no Aeródromo.

- Salientou que no ano de 2019 existem dois factos económicos e financeiros que merecem atenção significativa nas Contas do Município. Em primeiro lugar, a retirada dos 2 milhões de euros de IMT, como já foi explicada em Assembleias anteriores. Mais tarde, a decisão do Tribunal Administrativo de Beja, já esperada, relativamente à contestação feita em relação às verbas por pagar à Águas do Centro Alentejo e Águas do Vale do Tejo, referente às águas pluviais que vão para as ETAR's. Foi necessário fazer um acordo de pagamento como é do conhecimento da Assembleia no valor de 4 milhões de euros.

- Em seguida, referiu a obra do Palácio D. Manuel, a iluminação cénica do Aqueduto, a ligação pedonal da zona norte, apesar das dificuldades significativas foram feitos investimentos na ordem dos 300 mil euros em empreitadas diversas, e mais de 150 mil euros por adjudicação direta, sobretudo para limpeza de árvores, manutenção e limpeza e jardinagem e manutenção e não para intervenções estruturais.

- A requalificação do Parque Escolar teve um investimento de mais de 400 mil euros, por exemplo na Escola de Almeirim foram feitas intervenção que tinham ficado por fazer pelos loteadores da Quinta da Barba Rala e Bairro da Casinha, bem como a requalificação das Piscinas Municipais e da casa das máquinas.

- Na situação económica e social do Concelho, já referiu as questões positivas, continuando com algumas negativas, como o nível dos rendimentos baixos por parte da população, do desemprego e pelo grande número de trabalhadores menos qualificados e jovens. Apesar da criação de postos de trabalho a precariedade no emprego mantém-se, acrescido do problema local do custo da habitação, que afeta principalmente as camadas da população com rendimentos mais baixos.

- Salientou em seguida as relações estratégicas de gestão municipal, para além do funcionamento das questões ligadas à gestão participada do funcionamento de águas, foram feitos 600 atendimentos requerimentos e um conjunto de respostas aos cidadãos.

Em relação à informação, foi aprovada nova comissão de serviços de acordo com as intervenções da Assembleia Municipal, a consolidação de mobilidade de um conjunto de trabalhadores do Município, com a atualização de direitos e rendimentos que decorreu do OE de 2019, que permitiu a abertura de novos concursos para pessoal na tentativa de reequilíbrio do Quadro de Pessoal.

- Relativamente às finanças municipais, a dívida diminuiu em termos globais desde 2013 em 30 milhões de euros, tendo em conta a descida registada de 3 milhões e 500 mil euros em 2019. O prazo deste pagamento aumentou, passando de 109 para 133 dias.

Pela primeira vez houve um aumento do prazo médio de pagamento, ao contrário do que sempre foi registado.

Apesar de tudo, conseguiu-se manter o equilíbrio orçamental, com saldos positivos, não esquecendo o impacto negativo do IMT e dos valores referentes às águas. Pela primeira vez no Município tivemos uma regressão para um valor negativo, o que, ainda assim, não põe em causa o seu equilíbrio



económico. Estamos convencidos chegar ao final do ano com a situação resolvida, do excesso de endividamento dos 32 milhões e meio de euros. Em 2018 era de 6 milhões de euros, e em 2019 com um excesso de endividamento de 943 mil euros.

- Em relação à atividade da Câmara, realçou a atividade de revitalização do Centro Histórico que a nível do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, onde foi lançado um conjunto de investimentos pesados, no qual se inclui o Teatro Garcia de Rezende entre outros, e em que a Câmara conseguiu um conjunto de apoios-

Continuou a instalação de empresas na área da energia, centrais fotovoltaicas, na área do turismo e hotelaria como o Hotel em Nossa Senhora de Machede, e ainda um conjunto de intenções de investimentos. O turismo voltou a registar um crescimento significativo acima da média nacional.

- A nível da região ao Município procurou participar em iniciativas e programas conjuntos e parcerias, em defesa do desenvolvimento do Alentejo.

- Na área da educação pública, para além do investimento já referido, há a salientar a cessação do contrato de execução de competências bem como a reabilitação das Escolas André de Gouveia e Santa Clara.

- Na área social, destaca-se o trabalho em rede bem como o avanço no apoio social, nomeadamente do regulamento do apoio ao direito à habitação, aprovado em reunião de Câmara, que entrou em vigor.

- Na área da saúde, temos acompanhado a polémica da construção do Hospital, com os registos dos atrasos das decisões em relação a esta questão. No momento está tudo preparado mas não há quem adjudique a obra.

- Na área desportiva salientou os trabalhos realizados no Complexo Desportivo e nas Piscinas Municipais.

- Na área da Juventude referiu a conclusão do Diagnóstico Juvenil, que se traduz num trabalho que pretende ter folego para uma estratégia de intervenção a este nível.

- Salientou, na área do urbanismo que para além dos próximos trabalhos de alteração ao Plano de Urbanização de Évora, continuam os atrasos em relação às questões relativas ao Plano de Salvaguarda e Proteção do Centro Histórico.

- Em relação à habitação temos o Plano Municipal de Habitação com capacidade de negociação com o HIRU sendo a breve trecho um dos primeiros Municípios a conseguir estas negociações.

- Na área do ambiente foram lançados alguns projetos, como o POCYTIF, um projeto estruturante, de dimensão europeia.

- Relativamente à Proteção Civil Municipal, só se pode dizer que é de grande eficácia e ao nível da segurança, nada mais a acrescentar.

- Da Conta de Gerência em comparação com o Orçamento registamos o momento em que se conseguiu finalmente uma execução acima do exigido legal, na ordem dos 90%.

- Desta forma, deixou uma ideia do que foi feito em Évora, em prol da população com contributos de projetos estruturantes para o Concelho e para a região.

Seguiu-se a intervenção do Sr, **Frederico Carvalho** com as seguintes questões ao Sr. Presidente da Câmara:

1 – Em relação ao aumento médio de pagamento a fornecedores, solicitou que o Sr. Presidente lhe recordasse o aumento dos dias;

2 – Agradecia também, em relação às obras no Palácio D. Manuel, informação se do ponto de vista do investimento tudo correu como previsto, ou se houve alguma derrapagem, com custos acrescidos;



3- Em relação à otimização dos recursos municipais, gostava de saber se à data de hoje, já se consegue quantificar ou avaliar minimamente alguma da otimização que estava proposta à alteração dos serviços.

Também o Sr. **José Maria Figueiras** interveio para afirmar em primeiro lugar, que não era a primeira vez que ficava bastante preocupado com a questão que o Sr. Presidente da Câmara referiu relativamente ao Tribunal Administrativo de Beja na questão das Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Parece absurdo que no Alentejo, ainda que em alguns anos se verifiquem situações pontuais de pluviosidade mais elevada, mas existe a preocupação latente dos períodos cada vez mais prolongados em anos de seca no Alentejo.

Considerou, a contabilização das águas pluviais nas ETAR's como águas residuais, como absurdo. Acredita que os Municípios integrados nestas estruturas já tenham refletido na questão.

Acredita, que há semelhança do que acontece nas Águas Públicas do Alentejo, em que os Municípios pagam 30% do que for considerado como águas pluviais, seria bem mais correto, uma vez que esta percentagem apareceu através de um cálculo feito considerando os anos de pluviosidade e anos de seca, encontrando assim, um valor médio, no sentido de não penalizar as populações, porque na prática quem vai pagar são as populações. O Município de Évora, em vez de investir estes valores que paga às Águas de Lisboa e Vale do Tejo e Águas Centro de Portugal está efetivamente a suportar uma questão fictícia, além de que não é correta.

Terminou a intervenção a perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se esta reflexão alguma vez foi feita ao nível dos Municípios que integram as Águas do Vale do Tejo, Porque acredita que existam mais Municípios com faturas pesadas, devidas à mesma situação, que também não se devem sentir confortáveis.

Considerou que se trata de uma situação que obrigatoriamente, tem que ter suma solução. Se as Águas de Portugal não querem resolver o problema, têm que ser os Municípios a encontrar uma forma de pressionar o Ministério a encontrar uma solução para esta questão, dado haver práticas de equidade noutras empresas do grupo, não lhe parece que esta prática seja a mais certa.

2- Verificação de melhoria do rácio que se verificou nas Contas.

3- O facto de anos e anos se andar a ouvir falar na Taxa de Execução, aparecendo nestas Contas uma Taxa de Execução superior a 90%. Depois de várias intervenções a criticar o Município porque tinha baixas Taxas de Execução. Assim de acordo com as Contas apresentadas, pensa que deve ser uma questão analisada, referida e valorizada, assim como a questão da diminuição do excesso de endividamento, e não fosse o IMT e o Tribunal de Beja, o excesso de endividamento seria nulo. No período de 2013/2019 eliminar 32 milhões de euros de excesso de endividamento é extremamente significativo e deve ser referido como uma Boa Gestão do Executivo Municipal.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **Bruno Martins** com três questões, sendo a primeira relacionada com o aumento de 2,2 milhões de euros de dívida a fornecedores.

Concordou com a necessidade de se encontrar uma solução para a situação da dívida às Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que leva o Município a nunca ter a situação financeira viável.

A segunda questão, foi entretanto esclarecida. Referia-se ao aumento do prazo médio de pagamento a fornecedores, ainda que não seja a primeira vez. Em 2017 aumentou para 49 dias e agora para 93 dias. Por último, concordou com o alerta que a ROC também deixou, sobre o facto de se continuar sem o Relatório Anual de Gestão de Riscos Corrupção e Frações Conexas.



O Sr. **Adelino Fonseca** interveio, referindo que os documentos apresentados, foram lidos com muita atenção, e sobre os quais tinha as seguintes questões:

- O Relatório de Gestão tal como constava no Plano de Atividades, refere que a atividade municipal de 2019 tem como tema a Candidatura de Évora a Capital Europeia de Cultura 2027.

Desta leitura atenta, no ponto 3.3.7.3.2, não conseguiu encontrar o descritivo de ações objetivas rumo a uma candidatura com sucesso, apenas referência a continuidade do trabalho e a contratação de consultores a nível nacional. Reconhecemos boas intenções mas não conseguimos ver os resultados nem ter uma visão da despesa com estes trabalhos, motivo para solicitarem ao Sr. Presidente da Câmara que dê a conhecer alguma ação concreta que consubstancie e coloque a candidatura de Évora ao lado de outras cidades concorrentes.

Depois nos programas participados para melhorar ao prazo câmara com a cultura de serviços públicos, finanças municipais, de relevante, nada foi encontrado, além das boas intenções do Sr. Presidente, expressas e que não conseguimos ver traduzidas em opções. Pediu desculpa se estivesse enganado, solicitando os esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara.

Em relação à dívida, não voltarão à mesma questão, decorridos que são sete anos de mandato, e mau seria, se o impacto do endividamento não tivesse tido uma solução de gestão. Não entendem é a insistência em relação à mesma questão, uma vez que já não deve ter influências na gestão corrente. Contudo, não poderiam deixar de referir a evolução da dívida em 35 mil milhões de euros, ou seja, a gestão CDU conseguiu descer a dívida global em 4,4 milhões de euros em cada exercício dos seus mandatos, o que corresponde a 7,6% do Orçamento Municipal.

Verificando-se uma boa prática de gestão, está longe da sua otimização, por ser substantivamente insignificante no Orçamento Municipal, não podendo ser entendida como uma gestão exemplar.

É possível ter tido reflexos no médio prazo de pagamento em 34 dias, fundamentado pelo reembolso à Autoridade Tributária do IMT. Em relação à questão da redução e reembolso, em termos de gestão, entendemos que, quando há desvios em relação à receita, esses desvios têm que ter medidas corretivas para que o impacto se não verificasse. Tendo-se verificado assim, medidas no controle da gestão.

Em relação ao programa de enquadramento correspondente ao Relatório de Gestão, em relação ao Centro Histórico refere “*estão delineados um vasto conjunto de ações com destaque na proposta do governo nacional*”. Em relação a esta afirmação, é preciso referir se o programa a nível central, ficou parado, se não se estudam outras alternativas, e até quando se vai insistir no programa nacional sem haver qualquer concretização.

Acredita que o Executivo tenha medidas alternativas de execução, perguntando para quando a concretização dessas alternativas. Não se vislumbra no Relatório de Gestão para quando a concretização das ações delineadas para o Centro Histórico.

Também não se percebe no Relatório de Gestão para quando a requalificação dos edifícios do IHRU com o apoio dado pela Câmara de natureza administrativa no sentido de explicar, reencaminhar e orientar os interessados.

No que concerne à qualificação dos espaços públicos, gostava de saber quais.

O Programa de Desenvolvimento Estratégico diz que conseguiu. A questão é que o Sr. Presidente diz que fez, executou prosseguiu na continuidade e o PS tem algumas preocupações. Com toda a consideração referiu perguntou se não será por incapacidade dos serviços, com competências nas áreas para o que foi programado. Referiu também que as ordens de trabalho não têm trazido nenhuma novidade, nenhuma inovação, os temas são sempre os mesmos. Não tendo nada contra eles, tudo acontece sempre com a explanação do Plano de Atividades e Orçamento, o que contradiz a afirmação da gestão participativa que o Sr. Presidente da Câmara tanto invoca.



Relativamente ao Desenvolvimento Económico, devemos apelar ao desenvolvimento local sobre a temática do desenvolvimento local.

Sobre a gestão, acompanharam de perto estas jornadas, sabem que tiveram uma adesão fraca ao nível das empresas. As pessoas estavam apenas para receber informações e apoios.

No Programa APOIAR / HABITAÇÃO, uma das áreas que merece um cuidado muito especial, de cuja análise ao nível da gestão, encontraram muitas necessidades. Como é sabido, não compreendem que as causas sejam decisões externas, em todos os aspetos associados à habitação.

Quais as medidas tomadas pelo município para poder desenvolver políticas de forma a regular os preços para que não sejam tão inflacionados na habitação. Neste aspeto a Habévora e o seu papel impõem a seguinte questão “*como tem a Habévora disponível caixa/banco 3 milhões de euros*” tendo em conta as carências de habitação social, perguntou o porquê de não distribuir esse dinheiro por habitação social.

Perante esta informação, pediu esclarecimentos sobre políticas já desenvolvidas ou a desenvolver relacionadas com a habitação, com a celeridade, a estratégia e o planeamento que a gestão lhes permite. Em relação à análise orçamental, depois de analisado o quadro 7, últimas modificações ao orçamento de 2019, concluíram que num orçamento inicial de 54 milhões, após revisões, subiu para um montante de 81 milhões. Assim, a primeira questão que colocaram foi se o executivo não estava a inverter a tendência em relação ao investimento real.

O orçamento continua com empréstimos, continuando igualmente a receita corrente de impostos diretos em cerca de 2 milhões de euros de reembolso. Solicitaram a explicação desta variação em alta desta rubrica.

Considerou ter sido um inflacionar da despesa em bens e serviços, e outras despesas correntes financeiras, bem como nas despesas de capital.

A concluir, referiu que a eliminação do PAEL foi substituir dívida política em condições financeiras de gestão mais favoráveis. Esta é a realidade objetiva.

No quadro 11 refere-se uma taxa de execução de 25% na arrecadação de receitas, o que significa uma perda de 7,9 milhões de euros, devendo-se à incapacidade de executar o previsto nas receitas correntes, conseguindo-se a inflação do documento. Lembrou que 36% corresponde em termos de transferências do Orçamento Geral do Estado, 35% vem dos contribuintes em impostos diretos e indiretos, sendo que o município só consegue gerar 11%, Perante estes números, perguntou se o Sr. Presidente da Câmara não concordava que os municípios eborenses estão sob uma forte carga fiscal, com forte tendência de subida.

No quadro 14, execução de receitas de capital, como não podia deixar de ser, a execução é plena, de 100%. Resulta de um empréstimo calculado à dívida, é um alerta para que não existam soluções erradas.

Por fim, em relação à receita constata-se em correntes um acréscimo, de 23 mil e duzentos face ao previsto, o que leva à conclusão de que é mais um peso para os municípios pagarem no pressuposto de que se deve ao aumento de taxas.

Quadro 18, transferências correntes com honorários, 0,5 milhões de euros com uma variação de 2016 para 2019 de 497%.

Trabalho especializado, há uma variação de 2016 para 2019 na ordem de 262%.

Outros Fornecimentos de Serviços Externos 1,6 milhões de euros, montante bastante significativo.

Em relação às Opções do Plano apresentado pelo executivo, a taxa de execução é residual, 2%.

Por último convidou a Câmara, a Assembleia Municipal e os municípios a refletirem sobre as conclusões políticas, cujas resposta espera do Sr. Presidente.



O Sr. **Nuno Alas** interveio para tecer algumas considerações sobre os documentos. Lembrou que em finais de 2018, o PSD lutou contra as Opções do Plano que a Assembleia aprovou, mas, faz distinções entre opções políticas vertidas nas opções do Plano e Orçamento, do que é um Relatório de Gestão, uma Conta Gestão, que entendem ser o documento que reflete as atividades da Câmara Municipal, embora não sejam as suas prioridades políticas, entendem que é um espelho sério do que aconteceu. Percebem que é um espelho pequeno. As opções apresentadas pelo Sr. Presidente consideraram-nas curtas na altura e agora ficou provado que foram curtas. Com seriedade, mas curtas de vistas.

Em relação aos colegas que viabilizaram o documento, recordou que em 2019 para viabilizarem o documento, exigiram que fossem feitos planos de ações nas freguesias e elaboração de relatórios regulares sobre a educação, estudos sobre as medidas de crianças em escolas rurais; estudo para a criação da “HARU” em freguesias rurais, iniciativas sobre sistemas públicos da água e estudo para um regulamento para o bem-estar e saúde animal.

Pensaram que os partidos que há um ano deram a mão ao Sr. Presidente da Câmara, neste momento viessem pedir contas de tudo que não foi feito. Mas não, entretêm-se em análise várias.

O PSD pensa não haver nada a apontar no momento, o documento evidencia os números, que estão corretos, evidenciando também que há uma melhoria das contas globais na situação financeira e económica da Câmara, muito por conta do aumento quer do IMI quer IRS etc.,

Referiu alguns dados preocupantes, como os 2 milhões de euros do IMT, mas mais preocupante é o efeito negativo que vai trazer para as contas do ano de 2020, que dará no mínimo uma quebra de receitas no mínimo de 15%. Este valor é que preocupa o PSD quando a autarquia quer fazer obra, mas parece que se vai voltar ao mesmo se não houver meios.

Uma recuperação económica muito alavancada pela cobrança de impostos tem grandes problemas com uma quebra deste montante.

Outro aspecto, não a nível financeiro que também consideram importante, que o Sr. Presidente se comprometeu no documento de 2019, a discutir o Plano de Salvaguarda do Centro Histórico urge concretizar o documento. A discussão em torno da Feira de S. João, esperam que seja apenas uma discussão, não existem meios para a fazer e em 2020 o Sr. Presidente voltou a comprometer-se e volta a não haver Feira de S. João.

Outras questões que o PSD entende como importantes, embora tenha existido a opção do endividamento em mais 30 milhões de euros, ainda assim o município continua preso à dívida permanente e com a quebra de receita o que se vai fazer no futuro perguntou, Mas afinal tem uma esperança que deixem de ser emitidas contrapartidas nacionais às autarquias e outros organismos públicos e empresas, podendo o dinheiro vir nos Quadros Comunitários de Apoio para fundos de resiliência, à economia e às autarquias, porque se assim não for as obras continuarão por fazer.

Seguiu-se nova intervenção do Sr. **Adelino Fonseca** que referiu terem concluído que no quadro 27 em 31 dezembro de 2019 a Câmara devia cerca de 12 milhões de euros, o que significa que em 16% da receita se conseguiu arrecadar 17% de despesa realizada, significando que em cada 100 euros gastos 17 euros ficaram em dívida.

Quanto aos empréstimos de médio e longo prazo, quadro 28, refere 55 milhões de euros nos empréstimos de longo prazo.

Em 31/12/2019 o município tinha uma dívida cerca de 52 milhões de euros, pagou de juros 1,5 milhões de euros, produziu dívida de médio e longo prazo de 3,6 milhões de euros. No âmbito da dívida total, reduziu a face a 2018, 1,7 milhões de euros e no período de 2017, essa redução foi de 20 milhões de euros com a certificação da ROC.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Em resumo, a dívida foi reduzida em 7% face ao início do exercício de 2019, se for considerada a receita arrecadada no mínimo 4,8% foi canalizada para amortização da dívida.

O que no entender do PS e pouco, mas compreensível.

Não conseguem compreender a decisão do Tribunal Administrativo de Beja em relação às Águas do Vale do Tejo, porque pensam que a decisão é anterior

Terminou referindo que a dívida total do exercício de 2019 para que fique bem clara a noção do número é de 64,2 milhões de euros. Da análise económica e financeira do balanço e demonstração de resultados, que merece um comentário são os resultados obtidos no exercício que está a ser apreciado. Os operacionais são negativos em cerca de 3 milhões de euros, os financeiros em cerca de 1,7 milhões de euros, os correntes em cerca de 4 milhões de euros e o resultado do fim do exercício de 3 milhões de euros, com tendência muito significativa de um resultado que deve ser ponderado.

Lembrou que as contas que foram apresentadas na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, os custos plurianuais ascendem a 182 milhões de euros.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **Presidente da Câmara** que começou por esclarecer em relação ao prazo de pagamento, houve um aumento de 10 dias, tendo passado para 133 dias em 2019.

Relativamente ao Palácio D. Manuel, não tem havido alterações essenciais nem preocupantes. A obra está praticamente concluída. O que está em curso é o Centro Interpretativo da Cidade de Évora.

Em relação aos serviços municipais, em várias áreas verificaram-se alterações importantes, como na área do ambiente, como a própria comunicação referiu. No momento existe um conjunto de áreas onde já se sentem melhorias.

No que diz respeito à questão das Águas, trata-se de um problema nacional, em que vários governos interpretam o valor que os municípios têm que pagar. Os municípios querem pagar mas primeiro saber o rácio entre o que são águas residuais e águas pluviais. Esse rácio, é abaixo de 70%, que é o que em termos médios acontece. É apenas ver os meses em que não chove qual o valor de águas residuais, ficando-se com a informação.

Considerou transmitir esta informação tal como desvalorizou a questão da taxa de execução não ter atingido os 25% de execução, continua a haver uma componente que não é completamente real. É preciso evitar o orçamento real do orçamento “virtual”, que se traduz nas taxas de execução, continuando a haver uma componente importante a esse nível.

O processo de endividamento estaria ultrapassado, não fosse a decisão do Tribunal que resultou em relação às Águas de Portugal.

Em relação a Évora Capital Europeia da Cultura 2027, há contactos com as forças políticas, reuniões mas não se faz grande alvoroço por se entender ser um trabalho que requer algum cuidado e algum recato de forma a não dar armas a outras candidaturas. Não é uma candidatura da Câmara mas sim da Comissão Executiva onde existem outras entidades, as despesas têm sido divididas pelas várias entidades e algumas são as próprias entidades que assumem, como a CIMAC tem feito. Tem havido uma gestão cuidada e do conhecimento de toda a Comissão Executiva.

Em relação à questão da dívida, houve uma redução da dívida em 2019 de 3 milhões de euros mas não se pode paralisar a atividade do município para pagar toda a dívida.

O rácio não dava para pagar a dívida, mas procurou-se assegurar o equilíbrio. Foram tomadas medidas corretivas assim como foram tomadas medidas corretivas nos primeiros meses de 2020.

Relativamente aos problemas da habitação, a Câmara avançou com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano que está a ser desenvolvido e terá que ser executado até 2022 de acordo com o que está definido em calendário.

Foi necessário garantir 5 milhões de euros aquando da discussão do Quadro Financeiro Plurianual.



Foram feitas algumas intervenções no espaço público, como a calçada do passeio da estação ferroviária, que não existia. Não existem grandes obras, mas há algumas intervenções.

Na área da habitação, estranha a afirmação proferida, a incapacidade no atual mercado

Sendo que o problema da habitação com os Programas Estratégicos de Habitação irá responder a esta situação para reconhecer que o mercado não funciona há que ter estratégias para resolver o problema que terá que ser ao nível do mercado. Nesse sentido, foi aprovada a Estratégia para a Habitação e o Plano Local de Habitação. Nas casas das Corunheiras foram mal construídas, com problemas nas coberturas, sendo que uma série de famílias lhes chove dentro de casa, devendo ser intervencionadas bem como casas que irão ser recuperadas para alugar aos munícipes. A Habévora tem intervindo em várias áreas, resolvendo muitos problemas.

O orçamento de 54 milhões de euros foi discutido em Assembleia. O PAEL foi aumentado para poder conter a operação do pagamento do PAEL, que é uma operação de melhoria, com o que se ganhou em termos de juros. Não houve inflação mas sim a atualização aprovada em Assembleia Municipal, os valores para corresponder ao pagamento do PAEL.

Em termos de carga fiscal, o município tem uma grande carga fiscal, devido em primeiro lugar às opções tomadas do ponto de vista institucional, a segunda está relacionada com o impacto que tem do ponto de vista de cada município em relação ao IMI, IMT e outros impostos que são significativos, isentando terrados, não fazendo investimentos seria essa a opção. Com a Derrama não concordo.

Relativamente afirmou não ter percebido, porque é uma das áreas onde tem havido investimento.

Relativamente à dívida das Águas do Vale do Tejo, é uma dívida que só se resolve saindo das Águas do Vale do Tejo integrando outro sistema onde não existam estas obrigações e se possa dominar a gestão. Já existem sistemas de águas onde as câmaras dominam o sistema. A questão da dívida às Águas do Vale do Tejo está finalmente resolvida para toda a dívida que está devidamente enquadrada, com a decisão do Tribunal. Recordou que desde o início até ao momento presente já foram pagos mais de 105 milhões de euros pelo município de Évora, às Águas de Vale do Tejo.

Relativamente aos Resultados Operacionais e Resultados de dívida, abordou as razões das alterações. Concordou com as implicações da devolução do IMT nas receitas, referindo também o impacto de diminuição do IMI se não houver compensação por parte do governo em relação a esta matéria. Até ao momento o impacto não é tão forte como o esperado

Quanto ao Plano de Salvaguarda do Centro Histórico durante 2019 foi feito um conjunto de consultas e vários trabalhos com associações ligadas a esta matéria devendo ser lançada uma discussão pública com base nas consultas e nos trabalhos realizadas sobre esta questão de forma a decidir quais as grandes questões a serem colocadas na feira de S. João.

Em nova intervenção o Sr. **Adelino Fonseca** interveio para referir que discordavam referindo em seguida alguns exemplos simples relembrando que Évora é um caso muito particular com casas e prédios que dão para a câmara exercer o direito de opção, e que se o fizer a preços acessíveis conseguirá arrendar a preços mais baixos e estará a contribuir para a falta de habitação. Também pela via indireta pode incentivar a habitação própria e baixar a tendência inflacionista do setor imobiliário.

A terminar este ciclo de intervenções o Sr. **Presidente da Câmara** começou por sugerir fazerem um exercício simples da intervenção do Sr. Adelino Fonseca imaginado que a Câmara dispunha de 2 milhões de euros para intervir no mercado, este valor não teria qualquer peso no mercado.

Não há instrumentos capazes, mesmo com valores muito significativos, para comprar habitação (dado que a Câmara tem opção de no Centro Histórico) mas que os valores estão muito inflacionados. Mesmo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

que a Câmara tivesse uma verba do valor que referiu, o peso que teria, seria nulo. Teria que haver outro instrumento para esta situação.

Se a pergunta fosse qual o principal instrumento, a resposta seria, ter a capacidade de ter oferta de oferecer 200/300 habitações. Assim poder-se-ia influenciar o mercado de habitação própria e de renda.

É por aí que a Câmara está a tentar responder, a mais este problema, com o Plano Local de Habitação.

Não se verificando mais intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o primeiro ponto da ordem do dia **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2019**, que foi aprovado, por maioria, com 20 votos a favor (14 CDU, 3 PSD, 1 BE, 1 Coligação “Afirmar Évora 2017”, 1 MMPI), 11 votos abstenções (11 PS)

Antes de passar ao ponto seguinte, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** pediu desculpa de não ter informado no início da sessão da Assembleia, que depois da publicação do Edital, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, foi retirado o número 9 – Projeto de Alteração da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município.

Sendo este ponto retirado, pediu autorização à Assembleia para a renumeração dos pontos a partir do número retirado.

PONTO 2 – APROVAÇÃO DO MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA E PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS/INTEGRAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA

O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que se tratava da habitual transferência de documentos de um ano para o outro, que não havia mais nada a dizer.

Não se verificando intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o Mapa de Fluxos de Caixa, Proposta de Alteração Orçamental Modificativa aos Documentos Provisoriais/Integração do Saldo de Gerência, que foi aprovado por unanimidade (31 presenças na sala, saiu o Sr. João Canha e o Sr. Maduro).

PONTO 3 – CRIAÇÃO DO FUNDO DE EMERGÊNCIA MUNICIPAL COVID-19

Ao iniciar a intervenção o Sr. **Presidente da Câmara** lembrou que com a pandemia foi necessário tomar opções que não estavam previstas, por uma questão de transparência e para evidenciar despesas que estavam a ser realizadas sem contrapartida orçamental, avançar com a atual proposta criando assim um fundo em termos globais de 500 mil euros, apesar de ter duas componentes.

Neste momento, estão cabimentadas despesas de mais ou menos 300 mil euros, sendo que grande parte deste valor é relacionado com os equipamentos de proteção individual comprados quer para a Câmara quer para outras instituições.

Este fundo tem como fim concentrar as despesas com os equipamentos que vão para o exterior, sendo que muitas outras despesas, são assumidas de forma indireta. Tudo é contabilizado neste fundo, desde que sejam questões, direta ou indiretamente relacionadas com a pandemia.

O Sr. **Adelino Fonseca** interveio para referir que concordavam com a criação do Fundo de Emergência Municipal Covid-19, mas que tendo conhecimento de que em matéria de equipamento informática,



ficaram algumas carência por suprir no concelho, e sabendo que existem verbas, que não vão ser concretizadas, perguntou se só os dois programas as duas ações referidas, poderão situar-se na ordem de 1 milhão de euros, se não teria sido mais fácil alargar um pouco mais de forma a satisfazer as necessidades referidas.

Também o Sr. **Ananias Quintano** interveio para afirmar que concordavam com o Fundo criado, contudo, referiu algumas preocupações deixando as seguintes questões em relação ao Fundo: Sabendo que no Agrupamento de Escolas Ferreira Patrício existem muitas necessidades, a informação da Sra. Vereadora do Pelouro foi de que no primeiro ciclo são 239 crianças e 45 do jardim-de-infância. Que outras medidas foram tomadas na Educação pelo Executivo e também quais as medidas tomadas pelo Executivo, para minimizar os impactos, para além do alargamento de esplanadas e suspensão de taxas. Se foram consideradas as Juntas de Freguesias no âmbito do COVID-19.

Por sua vez, o Sr. **Frederico Carvalho** começou por elogiar a iniciativa do Executivo, mas não podia deixar de perguntar se o Fundo criado teria exclusivamente âmbito social, ou ter outro tipo de intervenção, nomeadamente, na área de Portugal.

Seguiu-se a intervenção da Sra. **Ângela Caeiro** que considerou fazer todo o sentido a criação deste Fundo, gostava de saber quais as ações concretas em que pode se aplicado e quais os critérios de atribuição e quais as entidades que podem concorrer.

Entretanto, o Sr. **José Maria Figueiras** interveio para solicitar que o, que o Sr. Presidente da Câmara fizesse chegar à Mesa da Assembleia o Relatório que a ANMP emitiu sobre o trabalho que as autarquias locais a nível nacional têm desenvolvido na intervenção ao COVID-19, nas respostas e no trabalho que tem sido feito.

Os 308 Municípios Portugueses não todos iguais. Os Municípios do interior do País não se podem comparar com soa Municípios do Litoral ou das Regiões Autónomas ou vice-versa.

Também seria bom olhar para a proposta de orçamento suplementar onde não se consegue encontrar nenhuma medida de reforço nas transferências do estado para as autarquias perante este esforço. Nem reforço de equilíbrio financeiro, nem reforço de apoio municipal, de onde é habitual saírem as verbas para a educação.

Na opinião da CDU deviam ser reforçados para dar apoio a todo o esforço que neste ano os municípios têm tido em Portugal.

Outra questão, já referida pelo Sr. Presidente da Câmara a CME ir buscar dinheiro ao Artes à Rua, Feira de S. João etc, mas e então as receitas que diminuíram. O qual o impacto dessa diminuição ninguém ainda fez contas sobre as receitas que vão diminuir, por várias razões. É muito importante que saber do que todos falam em Portugal, e o que se está a passar. Mesmo a Fundos Europeus ante do fim do ano não chegará qualquer fundo a Portugal, nem para o resto da Europa.

É preciso ter consciência de que é necessário gerir a vida do município com todas as condicionalidades do momento.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **Jerónimo José** que referiu no seguimento da intervenção do Sr. José Maria Figueiras que há coisas que se fazem sem dinheiro. Teve o cuidado de ligar para a Câmara e perguntar se havia alguma estratégia municipal uma vez que tinham todo o interesse em estarem incluídos. A resposta do Sr. Presidente foi de que estavam a aguardar as regras e logo que soubesse as transmitiria.



Até este momento, está à espera de uma resposta no sentido de articular o que quer que seja. As freguesias não têm meios, mas pelo menos que houvesse a capacidade de articulação e respeito pelos fregueses.

Ou não existe capacidade de liderança ou então é considerar que as freguesias são completamente dispensáveis.

A Câmara ofereceu 150 máscaras e mais tarde, mais 150 máscaras, para ficar bem para as pessoas como uma distribuição de máscaras à população. As pessoas vão às Juntas de Freguesia a pensar que toda a população tem direito a receber máscaras.

Infelizmente houve mais voluntários que pessoas sinalizadas. A perceção que tem é o que houve na rua não corresponde ao que o Presidente diz, que sentem a ausência da Câmara. Foi verdade que foram distribuídas máscaras, mas não era o que tinha falado.

Foi falado em dinheiro e fundos para apoiar logísticas sérias, mas faltam os exemplos.

O Sr. **Adelino Fonseca** numa breve intervenção referiu que na equação receita/despesa entre os dois eventos o saldo é negativo, o que significa, que houve um aumento de receita

Seguiu-se a intervenção do Sr. **José Russo** que começou por referir, que a pandemia do Covid, apanhou todas as pessoas de surpresa, As conferências de imprensa diárias, também foram dando notícias do que ia acontecendo. Não se conseguiu saber à partida o que ia acontecer nem quando iria acontecer, pelo que não se sabia como, nem quando seria necessário reagir às situações. Era necessário estar preparados para agir, incluindo a própria população.

As duas Juntas de Freguesia de que é Presidente, criaram vários grupos que andaram por todo o lado para ajudarem as pessoas que precisavam de comprar alimentos, medicamentos, etc.. Alguns fechavam a porta, e ficavam à espera do que iria acontecer, mas à medida que o tempo passava conseguiram contactar e sinalizar, as pessoas, com estas reações mediáticas.

Neste momento, está a referir-se à criação do Fundo que a Câmara de Évora criou, e como seria bom que pudesse ser o dobro do valor do que foi.

Pensa que é evidente, não só em Évora, mas em todo o País, que as Câmaras de todos os quadrantes políticos tivessem tido a mesma reação, neste momento em Portugal talvez a situação fosse diferente.

Por último o Sr. **Presidente da Câmara** referiu já terem sido distribuídos três Relatórios à Assembleia Municipal sobre as principais Medidas que têm sido tomadas e onde se procurou dar conta das principais medidas,

São Relatórios feitos sobre esta matéria, e talvez valha a pena que se incida sobre os problemas que foram surgindo ao longo de todo o período, que obrigaram a tomar decisões rápidas e que ocuparam muito tempo.

Gostava ainda de poder transmitir a preocupação que aquele tempo lhe trouxe, face à especulação e a toda a desinformação que corria sobretudo na primeira fase da pandemia, e em tudo que saiu n que era comunicação.

A Câmara de Évora segue as orientações da Direção Regional de Saúde e as informações das Autoridades Locais, de acordo com as informações técnicas por um lado e científicas por outro. Foi este o procedimento da Câmara de Évora e uma das coisas em que se apostou foi ter coordenação com as instituições do Alentejo Central e com a Subcomissão de Saúde, criada especificamente com a Comissão Municipal de Proteção Civil, para acompanhar todas as situações.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Foi com as estruturas de coordenação criadas, de segurança e saúde, que a Câmara foi orientando e tomando as decisões necessárias e muitas tiveram que ser rápidas.

Relativamente ao Fundo, neste momento existem 300 mil de cabimento, o que significa que se houver necessidade colocar-se-á mais dinheiro no Fundo.

Em relação aos computadores, foi decidido não se entregarem a cada um dos alunos. Foi entendimento do Executivo que os computadores fossem entregues aos Agrupamentos de Escolas para que posam fazer uma gestão mais rigorosa para poderem ser usados por outros alunos.

O concurso estava em andamento, sendo que de momento há um acordo com uma empresa para aquisição de mais 60 computadores há mais de 2 meses. A dificuldade deve-se à impossibilidade das empresas para entregarem as encomendas.

Espera que o orçamento suplementar tenha algumas questões importantes para os Municípios, não apenas em dinheiro, porque para comprar máscaras é necessário encontrar máscaras.

Foi criada uma estrutura de resposta às pessoas que vivem sozinhas, nomeadamente no primeiro confinamento, evitando que ficassem sem alimentação ou mesmo privados de consultas ou entrarem em pânico. As pessoas tinham medo. O mais rápido foi tentar ajudar estas pessoas sendo que os municípios titulares do Cartão Social do Município foram contactados no sentido de saber qual era a situação e se possível se podiam indicar outras pessoas para que pudessem ser socorridos.

Houve uma resposta efetiva

Estamos a trabalhar com as Juntas de Freguesia possam ter o aumento relativamente ao orçamento, que será garantido, como estava previsto.

Não se verificando mais intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a Criação do Fundo de Emergência Municipal COVID-19, que foi aprovado por unanimidade (27 presenças na sala).

PONTO 4 – CONTRATO DE CEDÊNCIA DE INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS A CELEBRAR COM AS "ÁGUAS DE VALE DO TEJO"

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por referir que este assunto se arrasta no tempo, e finalmente se conseguiu chegar aos valores que irão permitir resolver a questão.

Não se verificando intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o Contrato de Cedência de infraestruturas Municipais a celebrar com as “Águas de Vale do Tejo” que foi aprovado por unanimidade (27 presenças na sala).

PONTO 5 - REGULARIZAÇÃO DAS DIVIDAS À EMPRESA "ÁGUAS DE VALE DO TEJO", RELATIVAS À ESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS E DE SANEAMENTO, REFERENTES AO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE ABRIL E 30 DE JUNHO DE 2020.

O Sr. **Presidente da Câmara** referiu ter sido a possibilidade solicitada pelos municípios, que em termos práticos, em vez de pagar de imediato os fornecimentos, seja diferido o pagamento.

Não se verificando intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a Regularização das dívidas à Empresa “Águas de Vale do Tejo”, Relativas à Estação de Serviço de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Abastecimento de Águas e de Saneamento, Referentes ao Período Compreendido entre 1 de Abril e 30 de Junho de 2020, que foi aprovado por unanimidade (27 presenças na sala).

PONTO 6 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA – NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ART.º77 DO RFALEL.

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por esclarecer que era uma exigência legal, solicitar à Assembleia Municipal para dar cumprimento legal a esta imposição.

Não se verificando intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a Prestação de Serviços de Auditoria Externa – Nomeação do Auditor Externo pela Assembleia Municipal, nos termos do Art.º 77.º do RFALEL, que foi aprovado por unanimidade (26 presenças na sala).

PONTO 7 – ALTERAÇÃO DA ÁREA DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DA VARIANTE NORTE A ENI RAMO NORTE LENINE FIALHO.

Ao iniciar a intervenção o Sr. **Presidente da Câmara** começou por dizer que o ponto se refere a uns acertos que ainda não foram realizados. Espera que a Assembleia autorize que o acordo para que a situação fique regularizada.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **Frederico Carvalho** que perguntou nas contrapartidas existe um acerto de contas como vai ser realizado. Acredita que não seja em dinheiro mas sim, em lotes.

Em resposta, o Sr. **Presidente da Câmara** informou que havia um acordo de pagamento em dinheiro. Fundamentalmente será por essa via. Trata-se de um pequeno terreno, 180 metros. O contrato foi feito já há muitos anos. Julga que se trata apenas do acerto que havia sido acordado com os proprietários. A Câmara não utilizou esse terreno.

Também o Sr. **Bruno Martins** interveio para referir que consta da certidão que são 187 metros e que não será pago em numerário.

Depois da intervenção do Sr. Bruno Martins o Sr. **Presidente da Câmara** agradeceu a informação.

Não se verificando mais intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a Alteração da Área de Declaração de Utilidade Pública da Expropriação para Construção da Variante Norte a EN1 Ramo Norte Lenine Fialho, que foi aprovado por unanimidade (27 presenças na sala).

PONTO 8 - APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE LOTES.

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por referir que o Regulamento estava muito desatualizado, sendo necessário criar um novo Regulamento Municipal Para Atribuição de Lotes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O documento foi objeto de discussão pública, voltando à Câmara onde foi aprovado por unanimidade. Acredita ser um bom instrumento de trabalho, adequado à legislação atual.

O Sr. **Adelino Fonseca** perguntou, relativamente ao art.º 5.º onde se diz que o preço por metro quadrado dos cemitérios não estava no Edital, diz que o preço por metro quadrado, e para alienar. Pensa que deve haver um lapso por se tratar de hasta pública não é preço por metro quadrado. Sendo hasta pública já tem preço base ou preço de referência.

Os lotes são atribuídos exclusivamente por direito de superfície pelo prazo de 70 anos. Se estes lotes se destinam à construção para todos os fins justifica-se a exclusividade em direito de superfície por exemplo numa habitação.

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por responder em relação aos valores, que os mesmos têm que ser seguidos de acordo com os critérios existentes em termos de legislação e valorização dos terrenos. O que se pretende é que no mínimo, esse valor esteja salvaguardado. Com a hasta pública haverá sempre um preço de base.

Relativamente à questão de habitação com o direito de superfície não há qualquer problema nessa matéria, pelo contrário existe uma grande vantagem, se existir algum problema com o proprietário, a Câmara tem muitas possibilidades de salvaguardar o proprietário, do que se for em propriedade plena.

Permitindo ainda a hipoteca, pelo que não percebe eu haja qualquer problema porque a Câmara pode passar declarações ao banco.

Não se verificando mais intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a Alteração Do Regulamento Municipal de Atribuição de Lotes, que foi aprovado por unanimidade (27 presenças na sala).

Em seguida, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** informou que os pontos seguintes seriam informações julgadas oportunas prestadas pelo Sr. Presidente da Câmara para conhecimento,

PONTO 9 - RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO DA CME ANO 2019.

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por referir que dado o adiantado da hora, e sendo autorizado pelo Sr. Presidente da Assembleia, se houvesse questões a colocar, responderia às questões, tornando assim o tempo mais produtivo.

O Sr. **Bruno Martins** interveio para lembrar que os Relatórios há muitos anos não são publicados no site. Pensa que o devem ser, pois é uma questão de transparência.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu que não havia qualquer dúvida em relação a essa transparência e que iria saber o porquê de não estarem disponíveis os Relatórios no site da CME.

Tomado conhecimento.

PONTO 10 - HABÉVORA GESTÃO HABITACIONAL UNIPessoal E.M./RELATÓRIO E CONTAS 2019.



O Sr. **Adelino Fonseca** referiu que depois de ler o balanço da HABÉVORA; noutras dívidas a pagar viu registado uma verba de 10,3 milhões, sendo uma verba bastante substantiva gostavam de saber de que dívidas se tratam.

Em resposta, o Sr. **Presidente da Câmara** informou que se devia aos contratos do IHRU. Grande parte dos empréstimos são contratos do IHRU.

Tomado conhecimento.

PONTO 11 - RELATÓRIO TRIMESTRAL DE GESTÃO E DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 3º TRIMESTRE DE 2019 DA HABÉVORA GESTÃO HABITACIONAL UNIPESSOAL E.M.

O Sr. **Adelino Fonseca** interveio para referir que era visível na gestão o gasto com pessoal na ordem dos 20%, 10% no comércio, lembrando o Sr. **Presidente da Câmara** que sendo uma Empresa de cariz social com a habitação abaixo dos valores do mercado, a despesa com pessoal é maior o que representa a receita auferida ser necessariamente abaixo.

Tomado conhecimento.

PONTO 12 – PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2020 E PLANO PLURIANUAL 2020 DA HABÉVORA GESTÃO HABITACIONAL UNIPESSOAL E.M.

O Sr. **Nuno Alas** solicitou um ponto de situação sobre perspetivas de investimento e obras. A Sra. **Vereadora Sara Dimas Fernandes** em 2020 há uma série de contratos que irão ser assinados no âmbito da Estratégia Local de Habitação que prevê a reabilitação já mencionada, que prevê as casas das Corunheiras em que se têm que substituir todas as coberturas onde chove há muitos anos.

Por outro lado é necessário resolver o caso do amianto no Bairro General Humberto Delgado em que irá ser retirado amianto, o que significa uma operação demorada e bastante onerosa.

Na Malagueira, 12 casas que estavam emparedadas há alguns anos, estão a ser remodeladas para ceder a estudantes universitários. É a ajuda modesta da Habévora, para tentar resolver a falta de residência para estudantes.

Por último, mais 12 casas T3 e T4, que será um investimento bastante inferior às anteriores tendo em conta os fundos disponíveis. Será um investimento da própria Habévora que eventualmente será de intervenção social, no sentido que uma parte será residencial e a outra parte para quadros que se venham instalar em Évora.

Estes são os investimentos previstos além de que se esteja ainda a ponderar no âmbito social aplicar um subsídio de renda. É uma das componentes que está ainda a ser equacionada, dadas as características sociais da empresa, e a falta de recursos que é sempre grande.

Tomado conhecimento.



PONTO 13 - ALTERAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2020 E PLANO PLURIANUAL 2020-2023 DA HABÉVORA GESTÃO HABITACIONAL UNIPESSOAL E.M.

Tomado conhecimento.

PONTO 14 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

O Sr. **Presidente da Câmara** iniciou a intervenção com a seguinte informação “*Não posso deixar de assinalar que o faleceu ontem o ex-Comandante Monteiro dos Bombeiros Voluntários de Évora, foi agraciado com uma Medalha da Cidade, há dois anos.*

Já transmiti à família e aos Bombeiros o nosso Voto de Pesar”.

Salientou a assinatura finalmente com o IP do Protocolo para o Terminal de Mercadorias em Évora, lembrando que o IP sempre recusou a assinatura do Protocolo, com o argumento de que não tinha que tratar esta questão.

Manifestou em seguida, preocupação em relação ao orçamento do Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, sendo o único Museu Nacional a Sul do Tejo, o orçamento não foi aumentado, sendo o mais baixo de todos os Museus Nacionais. Com este orçamento não é possível fazer atividades no Museu

O Sr. **Frederico Carvalho** interveio para referir que tem acompanhado a situação do Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, inclusivamente a “Coligação Afirmar Évora 2017”, apresentou uma proposta em nome da Assembleia Municipal para levar ao Ministério da Cultura. E, com grande admiração, até ao momento nada foi feito, pelo contrário, a situação tem-se agravado drasticamente. Tal como o Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, o Hospital Distrital de Évora e uma série de estruturas fundamentais para o desenvolvimento sustentável da do concelho de Évora mas também de todo o Alentejo, têm sido esquecidas por parte deste governo.

Em seguida perguntou ao Sr. Presidente da Câmara, relativamente à utilização do Fundo destinado a apoio se já tinham apoiado associações desportivas, porque há pouco tempo uma das associações desportivas na área da natação tinha graves dificuldades financeiras. O que foi feito pela Câmara para colaborar na viabilização do “Aminata” que tanta falta faz ao concelho.

Em relação à anunciada “Nova Escola de Pilotos” prevista para o Aeródromo Municipal

Também o Sr. **Jerónimo José** afirmou que iria continuar a questionar sobre o Hospital.

Relativamente à questão da “digital” como foi o primeiro a falar nisso, fez uma sugestão ao Sr. Presidente, já soube que há freguesias que já têm essa possibilidade para integrar a listagem no município na aplicação devidamente certificada. Desde o dia 20 de fevereiro que enviou o ofício que ficou sem resposta.

Continuam sem nada ser feito na freguesia e depois acontecem coisas coo ultimamente, um projeto que a freguesia tem com um parceiro que fez a limpeza do ribeiro, cortaram árvores autóctones sem saber. Era evitável.

Um ofício enviado dia 17 de março relativo ao saneamento básico, até ao momento não teve qualquer resposta.

Há dois anos que um estudo prévio anda de um lado para outro, se no final do ano a obra estiver concluída terá todo o gosto em dar os parabéns ao Presidente, porque não acredita ser possível.

Não quer saber de quem faz, quer é saber que as coisas são feitas e que a população anda feliz.



Os acidentes que acontecem por causa das raízes que já podia ter sido resolvido.

Em nova intervenção, o Sr. **Frederico Carvalho** deu conhecimento de ter sido informado que havia técnicos de saúde que estavam a sentir algumas limitações físicas na sua ação, sendo fundamental haver um espaço alternativo. A sua questão era se a situação já oficialmente comunicada por, médicos e restantes técnicos da saúde, ou pela administração do HESE ou Administração Regional de Saúde. Se sim, se a Câmara tem alguma alternativa.

Também a Sra. **Ângela Caeiro** interveio para se referir à questão da limpeza dado que não tem sido de todo uma prioridade do Município, que se reflete em vários Bairros da Cidade, bem como na Ecopista que está cheia de ervas e lixo.

A Horta das Laranjeiras está num estado lastimável.

Outra questão +e quando e com que regularidade os contentores do lixo são lavados. Mesmo tendo reduzido o número de trabalhadores na área devido à pandemia, gostava que se procedesse a ações de limpeza para que finalmente a Cidade voltasse a ser uma Cidade limpa e apresentável. Quando terminam as principais obras, em relação às Piscinas o que está pensado tendo em conta o COVID, se está planeado fazer algum ATL de verão visto que os pais têm mais dificuldades em deixar as crianças no verão, e qual o valor a pagar.

As obras de S. Mamede quando vão ficar prontas, em setembro para o início do próximo ano letivo ou ainda não.

A Feira de S. João naturalmente não se realiza, mas será que se vai realizar algum evento com algumas das Associações que costumam participar.

Terminou a perguntar se o executivo planeava fazer alguma animação de rua com artistas locais para animar o comércio local e restauração.

Novamente o Sr. **Jerónimo José** interveio para perguntar se já foi feita a recolha dos nomes, ou quando pensam ir retomando. É um dos problemas que no momento se está a agravar.

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por informar que o Aminata é um problema conjunto, que é particular, tem instalações, trabalhadores e como é lógico sentiram toda a situação. A Aminata já estava a ser ajudada pela Câmara antes da situação da pandemia. No âmbito da resposta feita no Centenário aos Clubes, neste momento a Aminata foi dos clubes que teve apoio como todas as associações.

No Aeródromo, neste momento há a Escola de Pilotos que está a fazer um investimento no montante de 2 milhões de euros. Há uma outra Escola que está a iniciar funções em colaboração com a Escola Gabriel Pereira. Neste momento a Câmara está em negociações com mais duas empresas.

Está em curso o Plano Estratégico do Aeródromo devendo a Assembleia intervir na discussão mais alargada.

O ADC é gerido pela ARS e tem a colaboração da Câmara como cedência de espaço. O que acontece é que as pessoas que lá estão a trabalhar, têm que comunicar à ARS que as condições são deficientes. A Câmara apresentou quatro soluções que a ARS considerou serem deficientes, estão mais duas em análise, nas localizações possíveis. Espera que rapidamente este assunto seja resolvido pela ARS, porque faz falta manter a estrutura. Não vê interesse que a estrutura desapareça.

Os testes foi decidido serem entregues ao privado.

Relativamente às questões do Sr. Presidente da Junta dos Canaviais, o mais importante é relacionada com o abastecimento, pelo que recordou que a obra não será de canos, como já foi referido várias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

vezes será uma obra das Águas do Vale do Tejo. Não é compromisso da Câmara que não pode comprometer-se quando não é a da sua responsabilidade. Está a se aguardado o assunto, nos vários contactos com o Presente das Águas do Vale do Tejo, procura sempre que a situação se resolva tão rápido quanto possível.

Em relação à recolha de monos, parou porque a equipa que o fazia ia a casa das pessoas. Há um conjunto de trabalhadores desta equipa que tem algum receio de ir à casa das pessoas e pelo contrário há pessoas que não querem aceitar estranhos em suas casas. Neste momento está a se estudada uma forma de resolver a situação.

Relativamente às questões colocadas pela deputada Ângela Caeiro compreenderá que este ano as coisas estão mais adiantas em relação ao ano passado, mas há muito trabalho para fazer. Mais de 50% dos serviços da Câmara não estiveram a trabalhar durante dois meses-

Em relação às Piscinas, as obras estão em conclusão, neste momento não temos a certeza se vão abrir ou não, talvez para meados do próximo mês, depois de se avaliar o evoluir da situação no concelho e na região se vão abrir e em que condições.

Estão a ser preparadas as aberturas dos ATL, com limitações mas que são necessários e importantes. S. Mamede é uma questão complicada, o concurso não tem sido fácil de resolver. Em relação à Feira de S. João de momento não se pode pensar em fazer nada. É preciso ter a capacidade de trabalhar com um vírus que está ativo e que não nos deixa fazer previsões. Neste momento é prematuro dizer o que se vai fazer.

SEGUNDA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO

Não se verificou nenhuma intervenção

APROVAÇÃO EM MINUTA

O plenário deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta os pontos **1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14** desta Ordem do Dia, nos termos do n.º3 do art.º 57-º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro

Não existindo mais assuntos para tratar, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão pelas duas horas e cinquenta e cinco minutos do dia seguinte, da qual e para constar se elaborou esta ata, que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

(Ata aprovada por unanimidade, na sessão de 23/04/2021, não tendo participado na deliberação 2 dos 33 membros presentes na sessão, por terem estado ausentes na respetiva sessão)

Não dispensa a consulta do documento original